



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

VII Legislatura

Número: 64

III Sessão Legislativa

Horta, Quarta-Feira 22 de Janeiro de 2003

Presidente: **Deputado Fernando Menezes** (*substituído no decorrer da Sessão pelo Vice-Presidente, Deputado Bento Barcelos*)

Secretários: *Deputados António Loura e Raúl Rego*

SUMÁRIO

Os trabalhos iniciaram-se às 15 horas e 30 minutos

Período de Antes da Ordem do Dia:

Neste período foi apresentado um **Voto de Congratulação pela passagem do 125º Aniversário da Sociedade Literária Artista Faialense**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Após a apresentação feita pelo Sr. Deputado Costa Pereira (*PSD*), proferiram intervenções os Srs. Deputados Renato Leal (*PS*), José Decq Mota (*PCP*) e Paulo Gusmão (*PP*).

Submetido à votação, o mesmo foi aprovado por unanimidade.

No período destinado a **intervenções de interesse político relevante para a Região** deu-se seguimento ao debate sobre a intervenção do Sr. Deputado Costa Pereira (*PSD*), produzida no dia anterior, tendo usado da palavra os Srs. Deputados Costa Pereira (*PSD*), José Rego (*PS*), bem como o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura (*Álamo de Meneses*).

Produziram ainda intervenções os Srs. Deputados Paulo Messias (*PS*), Aires Reis (*PSD*), António Gomes (*PS*), Lizuarte Machado (*PS*), Duarte Freitas (*PSD*), José Decq Mota (*PCP*), Joaquim Machado (*PSD*), Artur Lima (*PP*), Paulo messias (*PS*), Francisco Barros (*PS*), Clélio Meneses (*PSD*), Francisco Oliveira (*PS*), bem como o Sr. Secretário Regional do Ambiente (*Helder Silva*).

Período da Ordem do Dia:

Continuação da discussão, na generalidade, da **Proposta de Decreto Legislativo Regional que “estabelece as normas de polícia administrativa para a Região Autónoma dos Açores”**, tendo usado da palavra os Srs. Deputados Francisco Barros (*PS*), Clélio Meneses (*PSD*), José Manuel Bolieiro (*PSD*), Vasco Cordeiro (*PS*), Paulo Gusmão (*PP*), Paulo Valadão (*PCP*), Dionísio Sousa (*PS*), José Decq Mota (*PCP*), bem como a Sra. Secretária Regional Adjunta da Presidência, (*Cláudia Cardoso*).

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 50 minutos.

Presidente: Srs. Deputados, muito boa tarde.

Vamos dar início aos nossos trabalhos de hoje.

Peço ao Sr. Secretário o favor de proceder à chamada.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Socialista (PS)

António das Neves Lopes Gomes

António José Tavares de Loura

Dionísio Mendes de Sousa

Maria Fernanda da Silva **Mendes**

Fernando Manuel Machado **Menezes**

Fernando Rosa Rodrigues **Lopes**

Francisco Cardoso Pereira **Oliveira**

Francisco Sérgio Frade Frota Tavares **Barros**

Francisco Couto de **Sousa**

Gilberta Margarida de Medeiros Pavão Nuno **Rocha**

Hernâni Hélio **Jorge**

José **Carlos** Gomes San-Bento de **Sousa**

José de **Sousa** Rego

José do Nascimento de **Ávila**

Lizuarte Manuel **Machado**

Luís Paulo de Serpa **Alves**

Manuel Avelar da **Cunha** **Santos**

Manuel **Fernando** Soares de **Oliveira** Campos

Manuel **Herberto** Santos da **Rosa**

Manuel Soares da Silveira

Maria da **Natividade** da **Luz**

Nélia **Maria** **Pacheco** Amaral

Nuno Alexandre da Costa Cabral **Amaral**

Óscar Manuel Valentim da **Rocha**

Osório Meneses da **Silva**

Paulo Manuel **Ávila** **Messias**

Renato Luís Pereira **Leal**

Vasco Ilídio Alves **Cordeiro**

Partido Social Democrata (PSD)

Aires António Fagundes Reis

António Bento Fraga Barcelos

Clélio Ribeiro Parreira Toste Meneses

Duarte Nuno D'Ávila Martins de Freitas

João Manuel Bettencourt Cunha

Jorge Alberto da Costa Pereira

José Francisco Salvador Fernandes

José Joaquim Ferreira Machado

José Manuel Avelar Nunes

José Manuel Cabral Bolieiro Dias

Luís Henrique de Aguiar Sequeira de Medeiros

Manuel Ribeiro Arruda

Mark Silveira Marques

Raúl Aguiar Rego

Sérgio Manuel Bettencourt Ferreira

Partido Popular (PP)

Alvarino Manuel Meneses Pinheiro

Paulo Domingos Alves de Gusmão

Partido Comunista Português (PCP)

José Eduardo Bicudo Decq Mota

Paulo António de Freitas Valadão

Presidente: Estão presentes 47 Srs. Deputados.

Estão abertos os nossos trabalhos. Pode entrar o público.

Não há correspondência entrada na Mesa.

Vamos passar à discussão e votação de um voto de Congratulação, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira para fazer a apresentação deste voto.

Deputado Costa Pereira (*PSD*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

“Voto de Congratulação

Corria o mês de Maio do ano 1877, quando, em Lisboa, o faialense João Francisco Rebelo, radicado na capital depois de ter vivido e enriquecido no Brasil, contactou com o Padre Francisco Inácio Cristo para que este, no Faial, desenvolvesse esforços no sentido da criação de um Grémio. Era desejo de João Francisco Rebelo que “pelo muito amor e saudosas recordações que da sua pátria tinha”, ofertar aos seus conterrâneos uma biblioteca composta por cerca de 4 mil volumes, “aonde os seus irmãos na arte fossem procurar e adquirir a instrução, que tanto distingue as Nações civilizadas”. Determinava ainda o benemérito que os livros deviam “ser emprestados aos filhos do povo”.

Incumbido desta missão, o Padre Francisco Inácio Cristo reuniu a 6 de Dezembro do mesmo ano, com várias personalidades faialenses, com o objectivo de organizar uma “sociedade literária”. Entre esses vinte e seis fundadores estavam “oficiais de diferentes artes e ofícios estabelecidos na Horta” e foi mandatada uma comissão encarregada de “alugar casa, organizar os estatutos e mandar fazer estantes para os livros e mais pertences do Grémio”.

No dia 1 de Janeiro de 1878, coincidindo com a instalação do Grémio numa das salas da casa nº5 da Travessa da Misericórdia, “alugada para o efeito por 9 mil reis mensais”, elegiam os seus fundadores aquela data como a da sua fundação.

Em Abril desse ano, foram aprovados os primeiros estatutos, que consagraram a designação da instituição por Grémio Literário Artista e o objectivo de “espalhar e

derramar a instrução de que tanto carece a nossa população, abrindo, para o efeito, aulas e palestras nocturnas.”

Em 29 de Maio de 1879, os Estatutos foram ratificados pelo Governo Civil e neles se estabelecia que é competência do Grémio “celebrar palestras e serões literários; estabelecer um gabinete de leitura para os sócios, estabelecer cursos nocturnos dirigidos por professores competentemente habilitados, em que se difundam pelos artistas, noções de português, inglês, francês, latim; premiar quaisquer estudantes que pela sua frequência e aproveitamento se tiverem distinguido.”

No cumprimento do estipulado nos seus Estatutos, o Grémio criou um curso nocturno Literário, com aulas de instrução primária, secundária e línguas, e um curso Artístico, com escolas-oficinas de marcenaria, alfaiataria, carpintaria, serralharia, tipografia e ourivesaria.

Ainda nestes seus tempos iniciais, o Grémio instalou uma Caixa Económica Escolar, sugestão do professor Manuel Greaves, que se destinava a desenvolver nas crianças, “moralizadoras ideias de ordem e economia, que lhes serão de benefício influxo em todo o decurso da vida.”

Apesar do carácter e do notável alcance destas medidas, a verdade é que tiveram pouca duração no tempo, acabando por desaparecer à míngua dos apoios oficiais inicialmente atribuídos, mas depois retirados. Mesmo assim, a persistência dos seus associados manteve até hoje viva a intervenção do Grémio, particularmente através dos espaços de cultura e recreio que foi capaz de proporcionar aos seus associados e à comunidade local.

Adoptando em 1940 uma nova designação, o Grémio passou a Sociedade Literária Artista Faialense, designação que hoje mantém.

Quanto aos edifícios onde funcionou, tem sido deveras atribulado o seu historial. Da Travessa da Misericórdia, o Grémio percorreu o 1º andar da casa de José Bettencourt Vasconcelos Correia e Ávila, no Largo do Bispo, uma casa na Rua D. Pedro IV, a seguir outra na Rua Serpa Pinto e, presentemente, o imóvel do Largo do Bispo, que se encontra profundamente degradado e cujas condições se tem vindo a reflectir na incapacidade dos corpos sociais da Sociedade Literária Artista Faialense promoverem as actividades culturais e recreativas que mais ambicionariam.

É neste cenário de dificuldades, por um lado, mas também de esperança alicerçada nos apoios oficiais prometidos pelo Governo Regional e que traduzem o seu comprometimento na busca de uma solução para a questão das instalações da Sociedade Literária Artista Faialense que, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, a Assembleia Legislativa Regional dos Açores aprova um voto de congratulação pela ocorrência 125º aniversário daquela instituição.

Horta, Sala das Sessões, 21 de Janeiro de 2003

Os Deputados Regionais, José Manuel Bolieiro, Costa Pereira, Clélio Meneses e Duarte Freitas”.

Presidente: **Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Renato Leal.**

Deputado Renato Leal *(PS)*: **Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Autónomo, Sra. e Srs. Secretários Regionais:**

Muito brevemente para me associar com muita alegria a dois fenómenos, ao voto e ao ar sorridente que vejo da bancada do principal partido da oposição, por terem verificado que eu tratei o Sr. Presidente do Governo como Presidente do Governo Autónomo.

Convém lembrar isso em momentos que às vezes há “vagas e cabeças de maré” contra a autonomia.

Deputado João Cunha *(PSD)*: **Até que enfim que passou a autónomo. Antigamente era dependente.**

O Orador: **Sr. Deputado João Cunha, o senhor desde que perdeu o bigode ficou mais atrevido!**

Deputado João Cunha *(PSD)*: **Olhe que não!**

(Risos da Câmara)

O Orador: **Atendendo ao assunto, para o qual eu pedi a palavra, devo dizer que o velho Grémio Literário Artista Faialense, durante muitos anos, conhecido por alguns como “ O Grémio”, pela minha geração como “O Artista”, comemorou**

com toda a dignidade, dentro da modéstia das suas instalações e dos proventos que vai conseguindo amearhar, os seus 125 anos.

O Sr. Deputado Costa Pereira levou a sua vertente histórica muito mais para o século XIX e o princípio do Século XX.

Eu que tenho o privilégio de ter vivido muito intensamente grandes noites de glória nas instalações da Rua Serpa Pinto e lembro-me também que, à parte essa importantíssima actividade recreativa, naquela altura aquela casa conseguiu também uma importante actividade cultural e de alguma agitação política, aproveitando aquilo a que eufumisticamente chamavam “as brechas do sistema”.

Permito-me falar muito rapidamente de dois homens interessantíssimos que passaram por aquela sala, que foram o Sr. José Correia Gaudêncio e o Sr. Dr. Francisco Carmo e que, a pretexto de determinados temas, conseguiram provocar reflexão e agitação.

Os tempos, em termos de infra-estruturas, não são famosos para aquela instituição, como todos bem sabemos, mas não é disso que hoje estamos aqui a tratar, muito embora a esperança deva continuar acesa, porquanto é importante que os seus sócios e designadamente os seus corpos directivos continuem a lutar para que melhores dias venham em relação às infra-estruturas.

Parece-me que é um caso em que não faria mal tentarmos estender ligações à nossa comunidade emigrante como, com sucesso, algumas outras colectividades também o fizeram e continuar a insistir para que os departamentos do Governo Regional, que já mostraram abertura para colaborar quando os orçamentos forem de menos aperto, o consigam fazer.

Queria deixar também, à mistura com a palavra de esperança, os parabéns muito sinceros da bancada do Partido Socialista que gostosamente se associa a este voto.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português associa-se, e com muito agrado o faz, ao voto de congratulação do PSD, pela passagem dos 125 anos do “Artista” como normalmente dizemos aqui na Horta.

Tenho a ideia que o texto que o Sr. Deputado Costa Pereira apresentou dá a dimensão da importância presente numa instituição que tem aquela história e aquela origem.

Se associarmos a esta incursão histórica, como o Deputado Renato Leal lhe chamou, se associarmos também os elementos que ele aqui deixou e episódios da vida desta agremiação, penso que se não fizermos tudo o que pudermos, para além das palavras, para que esta sociedade possa subsistir como agremiação de natureza cultural, recreativa e interventiva nesta sociedade, estaremos todos a prestar um mau serviço.

Na linha do que o Sr. Deputado Renato Leal acabou de dizer e para além da esperança em dias melhores, em que os orçamentos sejam menos apertados e para além de ter esperança em momentos em que se possa dispor de mais investimentos, eu gostava de, neste momento, deixar no ar e nesta Sala o desafio da possibilidade de várias entidades públicas, que não só o Governo Regional, mas também a Câmara Municipal da Horta, congregaram esforços para arranjam soluções, provisórias que sejam, para as instalações daquela sociedade.

Nós estamos aqui a comemorar e a assinalar os 125 anos numa colectividade que está a funcionar numa casa condenada, numa casa que já estava degradada e com o sismo acabou por ficar, em absoluto, condenada.

Nós estamos aqui a assinalar os 125 anos numa sociedade que pode, de um dia para o outro, ter que fechar, porque pode ser incomportável, com pouca coisa, que continue a funcionar minimamente.

Nós temos nesta cidade edifícios públicos, nomeadamente municipais, que poderiam ter uma utilização temporária para instalação daquela agremiação.

Penso que “O Artista”, com o apoio do Governo Regional e com a cooperação da Câmara Municipal, pode encontrar uma solução que não precisa de esperar que os orçamentos engordem, porque não é possível esperar. Com muito pouco

dinheiro, mas com muita boa vontade pode-se resolver isso. Acho que os meios existem.

Era esta a mensagem que eu queria deixar no momento em que, em nome do PCP, me associo ao voto que o Sr. Deputado Costa Pereira apresentou.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gusmão.

Deputado Paulo Gusmão (PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do CDS/PP quer aqui deixar a sua concordância com este voto de congratulação e fá-lo com gosto.

Quero dizer também que, para além da congratulação, entendemos que aquilo que for possível fazer deve ser feito, dizendo e lembrando que quantas coisas novas por vezes são criadas, e que já demonstraram em 125 anos aquilo que valem, às vezes vamos esquecendo.

É bom estes aniversários e estas comemorações também para lembrar essa parte.

É esse importante espaço cultural na história desta cidade e até um elemento de prestígio da cidade da Horta e, por via disso, da Região, que lembramos aqui todos aqueles que foram obreiros deste espaço em tempos em que o Estado pouco dava para que houvesse tantas das condições que são aqui criadas por iniciativa pessoal de alguns, pela vontade e a dinâmica dos cidadãos desta cidade nessa altura e que esse claro sinal desta solenidade cultural que acompanha a cidade há 125 anos, seja também um factor e uma motivação para que continue sempre com essa força e essa dinâmica, porque, independentemente de hoje haver acessos a outras vias culturais, só a permanência da instituição dignifica e soleniza a cidade.

Presidente: Não havendo mais intervenções, vamos proceder à votação.

Os Srs. Deputados que concordam com este Voto de Congratulação, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: O Voto de Congratulação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos agora ao período destinado a intervenções de interesse político relevante para a Região.

Srs. Deputados, no âmbito do debate de ontem, que foi interrompido devido a termos atingido a hora regimental, estavam inscritos o Sr. Deputado José Rego e o Sr. Deputado Costa Pereira.

Tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.

Deputado Costa Pereira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Retomando algumas das questões que ontem estávamos aqui a debater sobre o ensino recorrente, gostaria aqui de frisar, dos esclarecimentos do Sr. Secretário, três aspectos que me parecem fundamentais.

Em primeiro lugar, o senhor diz coisas com uma facilidade que quem não está por dentro delas é capaz de, rapidamente, ficar convencido, mas quem as conhece e está por dentro das questões preocupa a facilidade com que o senhor diz essas coisas, que roça, permita-me a sinceridade, uma certa insensibilidade e vou levantar a questão dos exames nacionais para os alunos do Ensino Secundário Recorrente.

O senhor disse ontem que, na sua opinião, isso não constituía um problema, porque a fórmula permitia que a esses alunos quase que lhes bastava só assinar a prova de exame, porque o peso que a prova de exame teria, na fórmula, era insignificante.

Quem realmente ouve isto dito por si, parece que está tudo bem e a verdade, como o senhor sabe e, se calhar, muita gente não sabe, é que a fórmula que o senhor transpõe para os cursos nocturnos, para o Secundário Recorrente, é a fórmula que existe para os cursos diurnos.

Portanto, como a fórmula é a mesma muita gente vai perceber e compreender a preocupação dos alunos, porque chega-se a altura da publicação das pautas que o senhor vê e que faz conferências de imprensa sobre as pautas que saem dos exames nacionais, todos os encarregados de educação, todos os pais e todos os alunos vêm com preocupação os resultados das provas e das pautas nacionais de exames e a frequência com que nós vemos o número de alunos que vão a exame com 10, 11, 12 ou 13 e que chegam ao exame e chumbam e não concluem o 11º ano, porque não conseguiram a média.

Agora, transpondo esta realidade que todos conhecemos dos alunos dos cursos diurnos e aplicamos a fórmula, que é exactamente igual, nos cursos nocturnos, a alunos que estão a fazer um percurso que acumula o trabalho com o estudo, em que as dificuldades são acrescidas, alunos que a maior parte deles não pretendem prosseguir estudos, mas concluir o secundário para promoção pessoal, profissional e cultural e vão ser obrigados a fazer um exame em que a probabilidade de insucesso é muito mais acrescida e em resultado disso vamos assistir a um número crescente de alunos que não vão conseguir concluir o Ensino Secundário Recorrente.

Este sistema que o senhor diz que é muito simples e que é tão bom, vai prejudicar, vai trazer dificuldades acrescidas a quem já tem a dificuldade de conciliar na sua vida o trabalho com os estudos.

A questão do sucesso no recorrente parece-me que também não foi abordada de uma forma absolutamente correcta. O Sr. Secretário recorrentemente fala dos números dos alunos que concluíram com sucesso o recorrente. É verdade que os números só por si são preocupantes, mas quem está por dentro do recorrente também sabe que esses números não podem ser analisados. Não se pode dizer que concluíram o recorrente 8, 10 ou 20 alunos, porque esse sistema não funciona assim.

O Sr. Secretário sabe que o sucesso do recorrente não se avalia em função dos que concluem esse modelo, porque era por unidades capitalizáveis e, portanto, se um aluno se matricula e se o seu itinerário de aprendizagem é dizer assim: eu nesta disciplina este ano pretendo fazer 3 unidades e faz as 3 unidades e continua a estudar...

Presidente: Sr. Deputado, agradecia que concluísse.

O Orador: ... e, portanto, o senhor não o contabiliza, porque isso só é feito no fim e quando ele conclui. Este também é um aspecto que é importante deixar aqui para que seja reposta a verdade.

Concluindo, o Sr. Secretário, para apoiar e validar o sistema que criou, vem invocar a questão da existência de manuais, como se a existência de manuais, agora que são os manuais dos cursos diurnos transpostos para os cursos

nocturnos, fossem uma grande inovação. É evidente que todos nós sabemos que já existiam no curso recorrente os textos de apoio distribuídos pelo Ministério da Educação. Havia textos bons e havia textos maus, como há manuais bons e manuais maus.

Isto não é inovação nenhuma, não é nada que acrescente e que seja fundamental para melhorar o sistema que se resolveu implantar na Região Autónoma dos Açores e que, como disse e tive ocasião de dizer, é o meu pensamento e falo não com satisfação, falo com alguma preocupação, oxalá que esta experiência resulte, porque se isso acontecer é bom para os alunos.

Mas, e termino Sr. Presidente, a minha preocupação é que efectivamente o resultado que já se começa a ver este ano vai ser, a breve trecho, acabar o ensino nocturno na maior parte das ilhas dos Açores, que tantas oportunidades de promoção deu a tantos dos nossos trabalhadores destas ilhas.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura.

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Álamo de Meneses*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo e Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria de, para concluir, porque creio que estas matérias já foram amplamente discutidas, quer na Comissão, quer aqui e já cobrimos praticamente todos os aspectos, prestar-lhe os seguintes esclarecimentos:

Alguns dos aspectos que eu aqui disse, com certeza que o Sr. Deputado brevemente os verá repetidos e agora por alguém do seu partido e do seu Governo na República, incluindo, por exemplo, algo que hoje foi anunciado que é, no caso do ensino superior, o aumento da propina no ano em que o aluno repete, mas essa é uma matéria que o senhor e o seu partido saberão e não é a mim que me compete estar a lembrar estas questões.

Um outro aspecto que me parece fundamental esclarecer, é que um dos problemas do ensino recorrente era o insucesso.

Sr. Deputado Costa Pereira, quero-lhe dizer que ninguém se inscreve no ensino recorrente para fazer unidades, mas sim para concluir um ciclo ou um nível de ensino.

As pessoas o que querem é obter o 6º, o 9º ou o 12º ano. Não é ficar com três unidades de português ou com cinco de francês. Portanto, o objectivo não é esse. Aliás, uma das grandes frustrações e que é dito pelos alunos que frequentaram o ensino recorrente é exactamente a frustração de demorar demasiado tempo para se atingir o objectivo. Quem se inscreve, inscreve-se com um objectivo e esse objectivo é obter uma determinada escolaridade.

Por isso mesmo, com este novo sistema de ensino recorrente nós esperamos que, e temos a certeza que isso vai acontecer, seja mais rápida a conclusão do ensino recorrente. Aliás, os alunos que agora se estão inscrevendo, estão a fazê-lo nessa modalidade, porque acham que vai ser mais fácil.

No que diz respeito à questão dos manuais e à disponibilidade dos mesmos, é muito diferente, porque há uma oferta muito maior em relação a manuais e outros elementos de estudo para programas que são seguidos por centenas de milhar de alunos. É muito diferente, mas o certo é que existe em relação a outros programas.

Por outro lado também, o programa que normalmente é ministrado no ensino regular é muito mais apropriado do que aquele que vinha sendo ministrado. Isto é dito por quem tem experiência e quem tem acompanhado esta matéria.

De qualquer maneira, Sr. Deputado, o que eu lhe digo é que este sistema foi criado e não é uma experiência, – o que é uma experiência é a estrutura curricular em que, eventualmente, em função dos resultados que obtivermos, as disciplinas poderão ser desdobradas ou agrupadas, ou seja, poderão haver acertos – porque isto já foi experimentado em muitos lugares.

Nesta nossa Europa é um sistema bem conhecido, é um sistema que tem muito a ver com aquilo que é feito no ensino profissional e está a ser seguido em centenas e centenas de escolas do nosso país e é algo que nós temos a certeza que funcionará.

Quanto aos programas, veremos, até porque estes programas terão necessariamente que ser ajustados em função da reorganização do ensino secundário e em função da sua progressão nós também vemos que é preciso manter a compatibilidade entre um e outro.

Quanto à questão dos exames, pessoalmente acho que haverá credibilidade neste tipo de ensino, mas só contribuirá para resolver um problema.

Foi um ministro do seu governo que disse que era um problema criminoso (e foi este o adjectivo utilizado) o que estava a acontecer e nós não podemos permitir que aconteçam situações criminosas na nossa Região.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira. Dispõe de 3 minutos.

Deputado Costa Pereira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Educação: Há, de facto, algumas confusões de raciocínio e com toda a sinceridade gostaria de debater consigo.

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Álamo de Meneses*): Procurarei esclarecê-lo.

O Orador: Em primeiro lugar, a questão da penalização do aumento da propina das universidades pelo facto dos alunos não transitarem de ano, Sr. Secretário, isto não tem comparação possível.

O Sr. Secretário não queira comparar, no ensino superior, um aluno que não transita e que se enquadra a possibilidade de, não transitando, castigá-lo,...

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Álamo de Meneses*): Incentivá-lo é o objectivo.

O Orador: ... aumentando-lhe a propina, com a escolaridade obrigatória ou com o ensino secundário. É evidente que se equaciona a possibilidade de no ensino superior se adoptar um sistema desses, isso não tem comparação possível com um aluno que quer concluir, por exemplo, o 9º ano.

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Álamo de Meneses*): No ensino recorrente o senhor verá isso a curto prazo.

O Orador: Não, o que eu vou ver a curto prazo é aquilo que o senhor quer, que é acabar com o ensino recorrente e com o ensino nocturno nos Açores...

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Álamo de Meneses*): Eu não estou a falar a nível dos Açores, estou a falar a nível nacional.

O Orador: ... e, aliás, já tem os resultados deste ano.

Portanto, não há comparação possível em que o ensino superior que é um ensino para um determinado grupo e o ensino recorrente é para adultos que não conseguiram estudar na sua altura correcta e o senhor não queira obrigar toda a gente a ir para o ensino superior.

O ensino recorrente é o ensino para quem não teve oportunidade de tê-lo na sua altura e na sua idade própria e o senhor o que pretende fazer agora é penalizá-los nas propinas e se o aluno perde leva ainda uma taxa acrescida. Pode dar-se até o caso do aluno estar com uma doença gravíssima no hospital e porque perdeu, no ano seguinte a propina agrava-se.

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Álamo de Meneses*): **Se isso acontecer.**

O Orador: **Se isso acontecer, há as tais excepções que o senhor é que sabe.**

Presidente: **Agradecia que não mantivessem diálogo.**

O Orador: **Vou já acabar, Sr. Presidente.**

Quanto às unidades capitalizáveis, é evidente que aquilo que o senhor disse revela um profundo desconhecimento do que é o sistema recorrente por unidades capitalizáveis.

O ensino recorrente por unidades capitalizáveis baseia-se num contrato que é feito de início, que é chamado o itinerário individual de formação e esse itinerário não obriga a fazer essas unidades todas que o senhor diz, obriga a fazê-las ao ritmo que o aluno contratualizar com a escola.

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Álamo de Meneses*): **Eu não disse isso.**

O Orador: **O senhor disse que ele tinha de fazer um determinado número de unidades ao ano, mas se ele quiser fazer num ano duas unidades, não é o senhor que lhe vai impor que sejam três ou quatro.**

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Álamo de Meneses*): **se ele quiser fazer em 20 pode fazer. Ele é que vai pagar.**

O Orador: **Exactamente.**

Quanto à questão dos manuais é evidente que a oferta que existe para os manuais escolares é a mesma que havia nos ministérios. Os ministérios tinham para todas as disciplinas os seus textos de apoio com todas as unidades e eles eram distribuídos aos alunos. Não é por aí que vai surgir algum problema.

Relativamente à questão da experiência, os senhores é que têm de se entender, porque ontem o Sr. Secretário dizia que era uma experiência e que estava a ver como é que ia correr, hoje já não é uma experiência.

Deputado Joaquim Machado (*PSD*): **Tem dias.**

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Álamo de Meneses*): **O senhor tem dias, mas eles são todos maus!**

Deputado Joaquim Machado (*PSD*): **Cada um tem o que merece.**

O Orador: **Sr. Presidente, espero que me seja descontado este tempo.**

Presidente: **Sr. Deputado o seu tempo está a esgotar-se, mesmo com estes descontos.**

O Orador: **Quanto à questão da experiência, e tudo indica que é, de facto, uma experiência, o bom senso indicava que ela fosse feita apenas nalgumas escolas e não logo de início generalizá-la a todas as ilhas, com todos os inconvenientes que resultam de experimentar-se, por um lado, uma coisa que não se sabe se resulta e, por outro, de criar uma grave desigualdade e diferença em relação ao Continente Português.**

Relativamente aos exames...

Presidente: **Sr. Deputado Costa Pereira, vai ter que ficar para outra oportunidade.**

O Orador: **Vou só fazer uma pergunta ao Sr. Secretário e concluo já.**

Houve notícia de fraude nos Açores e uma vez que elas existiram, o que é que a Secretaria fez para resolver essas fraudes?

Deputado Joaquim Machado (*PSD*): **Muito bem!**

Presidente: **Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura.**

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Álamo de Meneses*): **Sr. Presidente, Srs. Deputados:**

Este é claramente um debate que já está esgotado e creio que já estamos andando em círculos, mas de qualquer forma queria dizer o seguinte:

Eu gostaria de dizer ao Sr. Deputado que o custo, e o senhor já conhece, porque o estudou na Comissão, estimado da permanência de um aluno no ensino recorrente é da ordem dos 3 mil euros ao ano.

Nós estamos a falar de algo extremamente caro e que não pode ser encarado de forma ligeira.

Eu volto a reafirmar que ninguém se inscreve no ensino recorrente para fazer unidades. Eles inscrevem-se para concluir um ciclo ao nível de ensino. É isso que as pessoas querem fazer. Podem querer fazer durante 20 anos, mas o objectivo é fazer o ensino básico, o ensino secundário ou aquilo que pretendem.

É óbvio que eu conheço muito bem que as pessoas poderiam fazer ao ritmo que quisessem, mas ainda o podem fazer, porque podem inscrever-se só num ou dois blocos. Neste sistema de blocos os custos dependem do número de blocos oferecidos que ainda não estão apurados, porque não estão em funcionamento em todas as escolas todos os blocos que poderão ser oferecidos este ano.

Eu estou convencido que o número de alunos reais em vez de diminuir vai crescer e daqui para algum tempo veremos e terei muito gosto em dar ao Sr. Deputado os números apurados.

Em relação a questões de fraudes, de facto, nós nos Açores não temos ensino recorrente particular e, portanto, estamos muito menos expostos a esse tipo de situações, mas a verdade é que tivemos situações em que algumas instituições de ensino superior, face a uma orientação que foi dada, e bem, pelo Ministério da Ciência e Ensino Superior, que tem vindo a questionar a Região sobre o percurso escolar de alguns alunos e, de facto, algumas das situações não são fraudes, – até agora não se apurou nenhuma – mas são situações que não deviam ter acontecido. O Sr. Deputado sabe que a lei o permitia, sabe tão bem como eu que havia um despacho que, ao arripio da Lei de Bases, permitia determinado tipo de inscrições, mas, que eu tenha conhecimento, não houve nenhuma fraude nos Açores.

Muito obrigado.

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado José Rego.

Deputado José Rego (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs.

Membros do Governo:

O Partido Social Democrata ao longo de muitos anos apresentou-se como um partido reformista da nossa sociedade.

O que nós temos visto aqui defender, desde ontem, pelo Sr. Deputado Costa Pereira, é um certo curso conservador naquilo que existe, que sabemos que está mal, que queremos melhorar e inovar no nosso sistema de ensino.

Eu já afirmei que o percurso do Governo Central há-de ser semelhante ao nosso nesta e em muitas áreas da nossa educação.

Em relação ao ensino recorrente já ontem disse que é um ensino com insucesso nesta Região e neste País e o que nós estamos a fazer hoje é reformar e inovar o ensino nocturno na nossa Região. Esse reformar e inovar é esquecer algumas das coisas que nós fazíamos que não levava ao sucesso desse mesmo ensino.

Dizer que um aluno fazia uma ou três unidades capitalizáveis, através do seu percurso em todo o sistema, que o Sr. Deputado Costa Pereira, o Sr. Secretário e eu conhecemos, levou a que um aluno levasse anos para completar um ciclo de estudos e aí é que se mede o sucesso final do aluno.

É claro que um aluno que vai a uma escola no mês de Outubro e faz só uma unidade, porque nos outros 9 meses está na tropa, ele teve sucesso, porque fez aquela unidade.

É um sistema que até foi experimentado de dia para aqueles alunos que abandonavam o ensino no mês de Abril, como os passarinhos na Primavera, mas chegamos à conclusão que o sucesso, para nós, será mais plausível se for anual do que através do percurso individual do aluno, fazendo unidade a unidade.

Relativamente à experiência, tudo o que se faz de novo numa escola é sempre uma experiência sujeita a reajustamentos e o que havia que mudar na Região era de raiz nesse sistema de ensino. Não havia que experimentar nesta ou naquela escola para daqui a dois ou três anos pôr em prática.

O que estava não era bom e era necessário acabar de uma vez por todas.

Portanto, quando se fala na experiência, é experiência, porque é uma coisa nova. Haverão os reajustamentos que forem necessários, porque quem está nestas coisas ou em qualquer experiência só se é burro para não compreender que terá que fazer as alterações necessárias, mas serão feitas a devido tempo.

Disse.

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.

Deputado Costa Pereira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Relativamente a estas questões que foram levantadas, quero dar rapidamente alguns esclarecimentos.

Em primeiro lugar, a questão do custo dos alunos: é evidente que se o senhor reduz o número de alunos, o custo global vai ser mais baixo, mas o senhor faça as contas ao dinheiro que se está a gastar com professores.

É preciso que se saiba que o senhor cria graves dificuldades a um docente que, para consertar horário, precisa de dar mais uma aula extraordinária do ensino diurno e esse mesmo docente acumula horas extraordinárias no ensino nocturno e não há problema.

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Álamo de Meneses*): Não há horas extraordinárias. É por acumulação. É outro regime.

O Orador: É outro regime, mas o vencimento é igual. Eu sei do que é que estou falando.

Quanto à questão das fraudes o Sr. Secretário acabou por reconhecer que elas existiram, e todos nós sabemos, porque o Governo que o senhor apoiava na República criou um despacho que permitiu que os alunos transitassem para o ensino recorrente e por essa via conseguiam ter acesso aos exames.

Também lhe quero dizer que concordo que um aluno que esteja hoje no ensino recorrente e pretenda continuar os estudos, seja submetido a esses exames, agora o que eu não aceito é que um aluno que não pretende continuar os estudos e que apenas pretende concluir o secundário seja a eles submetido.

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Álamo de Meneses*): Então fica um secundário menor.

O Orador: Não fica menor. Isso não tem nada a ver. Os exames são de acesso ao ensino superior, não são para conclusão do secundário.

Portanto, esta preocupação com o ensino recorrente é uma preocupação que eu, por exemplo, não vejo com as Escolas Profissionais e a circunstância é exactamente igual e a fraude pode ser feita da mesma maneira.

Quanto à questão da inovação e da reforma, Sr. Deputado José Rego, aquilo que nos distingue é simplesmente isso, é que nós queremos inovar e reformar com segurança, com objectivos claros e não em ziguezague, não é com experiências, não é sem saber quais os resultados que se vão obter, não é generalizar aquilo que não se sabe e que nunca foi experimentado.

Aliás, é preciso que fique muito claro: eu não estou aqui a defender o modelo do recorrente tal qual ele existia, porque todos os que tivemos envolvidos sabemos que ele tinha problemas, agora o que os senhores fizeram foi, o que está não presta, mantemos o nome e mudamos por dentro.

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Álamo de Meneses*): A lei de bases é para isso.

O Orador: Se não presta, criassem um novo sistema e dessem-lhe outro nome. Os senhores não quiseram fazer isso, porque sabem que não o podiam fazer e como não o podiam fazer, criaram uma injustiça flagrante para com os alunos dos Açores, que estão sujeitos e obrigados a um regime totalmente diferente dos seus colegas do Continente e são obrigados a pagamento de taxas e propinas mais agravadas do que aquelas que são aplicadas lá fora e é isso que os senhores não tiveram coragem de fazer.

Se era para ser um modelo totalmente novo, revolucionário e mudar de raiz, como o Sr. Deputado diz, por que é que não lhe mudaram o nome? Por que é que não lhe mudaram os blocos? O senhor no último plenário defendia os blocos e agora já diz que os blocos assim é que estão bem.

Deputado José Rego (*PS*): Os blocos estão lá.

O Orador: Estão lá, mas não são os blocos que o senhor dizia.

Deputado Vasco Cordeiro (*PS*): Quais eram os blocos que tu dizias?

Deputado José Rego (*PS*): Eram os de 25.

O Orador: Sr. Presidente. Muito obrigado.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Messias.

Deputado Paulo Messias *(PS)*: **Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Secretários:**

Em 30 de Setembro de 2002 terminou o crédito bonificado, ou melhor, terminaram as escrituras com direito ao crédito bonificado, pois as autorizações para empréstimos com direito a bonificação, já tinham terminado em 31 de Maio do mesmo ano. Desde Maio que não foi autorizado nenhum empréstimo bonificado, e muitos dos cidadãos que tinham empréstimos autorizados, com entrega de sinal aos construtores, mas que por força da lei não puderam fazer escritura, até ao último dia de Setembro, ficaram sem direito a bonificação. Muitos desses a quem a lei não permitiu que fizessem escritura, e não tiveram capacidade financeira para recorrer ao regime geral, muito provavelmente perderam as verbas já entregues.

Sr Presidente, Senhoras e Senhores Deputados Sr Presidente Senhora e Senhores Membros do Governo:

Os juros bonificados existiram no nosso País durante cerca de duas décadas e embora tenhamos já passado por várias crises financeiras, nunca algum Governo ousou tomar tal medida.

O seu fim aconteceu com a aprovação do orçamento rectificativo para 2002, tendo como justificação: a necessidade do Governo poupar para diminuir o défice, o já não se justificar por as taxas de juros serem muito baixas e também porque haveria irregularidades na atribuição de bonificações.

Sobre a influência que w fim das bonificações teve no défice de 2002, já sabemos que foi nulo, o próprio Governo da República o reconhece no relatório do Orçamento do Estado para 2003.

Sobre as descidas das taxas de juros pode dizer-se que, se as taxas desceram, também desceram as participações pagas pelo Estado, dado serem uma percentagem que incide relativamente às mesmas.

Sobre as irregularidades na atribuição de bonificações, para resolver essa situação bastaria haver fiscalização e fazer cumprir a lei.

Já várias vezes se disse que o fim do crédito bonificado foi uma injustiça, reconhecida por vários quadrantes políticos, mesmo por militantes dos partidos que

apoiam o Governo; a injustiça foi de tal ordem que, para a minimizar, o Governo resolveu acabar com o prazo limite de 30 anos para empréstimos à habitação.

Sabendo-se agora que essa injustiça social não teve influência na diminuição do défice, poderemos, voltar a dizer que foi uma tremenda injustiça, com prejuízos incalculáveis, nos orçamentos familiares das classes mais desfavorecidas.

Provavelmente os que continuam a defender o fim do crédito bonificado, apontam como alternativa, o incentivo ao arrendamento jovem. Sabendo-se que o incentivo ao arrendamento por jovens foi criado há dez anos e sempre foi parceiro do crédito bonificado, destinando-se aos jovens que optavam por não adquirir casa própria - porque não tinham possibilidades financeiras, porque as suas vidas profissionais não lhes permitiam ou mesmo por opção de vida. Este incentivo tem tido uma enorme procura ao longo de todos estes anos. Desde a sua implementação até Julho de 2002, abrangeu cento e vinte mil jovens, num total de vinte e quatro mil e vinte e quatro candidaturas, tendo sido pagos setenta e oito milhões de contos, com um aumento anual em média de 1,2%.

Como referi, muitos jovens têm vindo a recorrer a este incentivo principalmente nas grandes cidades. Nos Açores, os jovens não têm usufruído muito destes apoios. Os naturais têm optado, normalmente, por comprar ou construir a sua própria casa. Os que vêm de fora da Região e se encontram cá de passagem, na maioria das vezes por razões profissionais, são quem em maior número recorre a este incentivo.

Na Região Autónoma dos Açores, tal como nas pequenas Regiões do País, o mercado de arrendamento não está preparado para fazer face às necessidades que já existem e que provavelmente irão aumentar.

O Governo deveria ter preparado o mercado para o arrendamento antes de terminar o crédito bonificado, incentivando os proprietários a recuperarem os seus prédios. As próprias Câmaras Municipais poderiam e deveriam colaborar nesta preparação do mercado, pois são uma das grandes interessadas em que os prédios dos seus concelhos estejam em condições de habitabilidade e segurança.

Existem programas de apoio para reabilitação de imóveis arrendados.

Os programas existem, mas normalmente as Câmaras que se candidatam são as dos grandes centros populacionais, não tendo nenhuma Câmara da Região projectos neste sentido. Nas Regiões Autónomas, só o Município do Funchal concorreu ao programa RECRIA. Teria sido por isso importante incentivar primeiro as Câmaras e os senhorios a aproveitarem esses programas, para termos casas em condições de serem arrendadas e os inquilinos poderem recorrer aos apoios do IAJ. Muitas das casas que se encontram arrendadas, não têm as condições necessárias para que os inquilinos possam beneficiar do incentivo ao arrendamento jovem, pois por vezes umas não têm licença de utilização passada há menos de oito anos como obriga a lei do arrendamento urbano e outras não têm contrato escrito com o respectivo registo nas Repartições de Finanças.

Sr Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em 12 de Agosto último, o Sr. Secretário de Estado da Juventude, aquando da sua visita a Faro para as comemorações do dia Mundial da Juventude, informou os órgãos de Comunicação Social que o Governo, reconhecendo que o fim do crédito bonificado tinha trazido “algumas dificuldades aos jovens” se preparava para alterar os incentivos ao arrendamento.

No dia treze do mesmo mês, quase todos os órgãos de comunicação social escrita, se referiam à grande notícia, (mesmo os da Região) com títulos muito sugestivos: "Governo vai alargar acesso de jovens a subsídios de renda"; "Jovens apoiados nas rendas"; "Ordem para arrendar"; "Dia Mundial da Juventude: subsídios para arrendar casa" e notícias muito esclarecedoras das alterações a introduzir:

"Vamos alterar o âmbito desses incentivos; vamos alargar os prazos; vamos aumentar a participação no pagamento de rendas; vamos aumentar o período de tempo em que é possível o apoio do Estado; vamos aumentar o acesso a uma faixa etária superior; vamos alterá-lo de forma significativa, para ir ao encontro das expectativas dos Jovens."

Segundo o Senhor Secretário de Estado, as medidas que o Governo então se preparava para implementar iriam melhorar o programa de incentivos nas rendas, 'e

os jovens portugueses seriam assim compensados pelas tais "algumas" dificuldades, que o fim do crédito bonificado tinha trazido; ainda segundo o mesmo, este aumento nos incentivos permitiria reduzir a taxa de esforço financeiro deste grupo etário. E para que não lhe fizessem muitas perguntas, foi rapidamente informando que os pormenores sobre o novo programa de incentivos só em Setembro se saberiam, e o Secretário de Estado da Habitação, complementava que "o incentivo ao arrendamento é apenas uma componente num vasto programa para o sector da habitação".

Na altura a oposição desvalorizava essas intenções, sublinhando que o Governo não sabia o que fazer para minimizar os efeitos do fim do crédito bonificado. A Líder da Juventude Socialista afirmava "o Governo tenta ludibriar os eleitores" e "esse anúncio só aparece porque a Juventude Socialista está a promover a recolha de assinaturas para a reposição do crédito bonificado" chamando também a atenção para o facto de o fim das bonificações não prejudicar só os jovens, mas também todos os agregados familiares com fracos rendimentos.

Nessa altura o Governo dava a entender que tinha retirado as bonificações às famílias carenciadas, para poupar dinheiro. Mas dava também a atender que se preparava para até Setembro aumentar os apoios aos incentivos de renda.

Passou-se o mês de Setembro que traria os tais pormenores, chegou-se ao fim de 2002, estamos em Janeiro de 2003, e das promessas feitas em Agosto não existem novidades.

Tinham prometido aumentar o valor do apoio - em Agosto era até um máximo de 250 euros, hoje continuam os mesmos 250; prometeram alargar o acesso a uma faixa etária superior - em Agosto tinha como limite os trinta anos, hoje mantêm-se os mesmos; prometeram aumentar o período de tempo em que é possível manter o apoio do estado - em Agosto tinha o prazo máximo de cinco anos, hoje mantêm-se os mesmos cinco anos.

E a tal redução da taxa de esforço financeiro dos jovens que o Senhor Secretário de Estado da Juventude anunciava, reverteu a favor do Governo. As verbas disponíveis para o IAJ no Orçamento para 2003, sofreram uma redução de 11% em relação ao ano anterior, pois se em 2002 foram utilizados 62,5 milhões de euros neste

programa, para o ano de 2003 o Governo inscreveu no Orçamento de Estado apenas 55,6 milhões de euros. Voltamos assim a valores comparados aos do ano de 1998.

Mais uma vez se comprova que quando este Governo da República diz que vai dar, o mais certo é que alguma coisa vai tirar.

Disse

Deputado Vasco Cordeiro *(PS)*: ***Muito bem!***

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: **Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Aires Reis.**

(Neste momento Sua Excelência o Senhor Presidente da Assembleia foi substituído na Presidência da Mesa pelo Vice-Presidente, Sr. Deputado Bento Barcelos)

Deputado Aires Reis *(PSD)*: **Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:**

Permitam-me que traga novamente a esta Assembleia uma reflexão sobre a actuação da Secretaria Regional do Ambiente, em São Jorge.

Mesmo fazendo um esforço, como de resto confesso que tenho feito, para entender determinadas formas de actuação desta Secretaria, concluo que não é fácil aceitar, nem sequer compreender, determinadas atitudes deste organismo governamental para com os problemas e para com as iniciativas das pessoas e das instituições jorgenses.

Cremos existir por vezes alguma falta de sensibilidade para a condução dos assuntos em que, por imposição legal, esta Secretaria tem que tomar posição. A sua inflexibilidade tem sido quase permanente e começa a ser preocupante.

Parece-nos mesmo que deveria existir mais bom senso nalgumas matérias.

Basta analisar o que temos assistido nos últimos tempos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Os investidores de São Jorge estão sendo sistematicamente desmotivados pela severa actuação desta Secretaria.

Conheço casos de investidores que estão prestes a desistir dos seus investimentos por causa das complicações criadas pela Secretaria Regional do Ambiente.

Conheço autarquias que vêem a sua actividade paralisada nalgumas áreas devido às complicações criadas também pela Secretaria Regional do Ambiente.

Conheço casos que chegaram aos Tribunais por causa do dito por não dito da Secretaria Regional do Ambiente.

Conheço casos que, pelo facto de alguns responsáveis da Secretaria Regional do Ambiente preferirem, por vezes, ignorar as suas atribuições, estão a transtornar a vida das nossas populações.

Conheço ainda investimentos públicos que esperam anos por um parecer.

Será que a Secretaria não consegue arranjar soluções menos burocráticas para os processos?

Na Vila da Calheta, por exemplo, onde são reconhecidas carências ao nível da restauração, e onde até existem investidores dispostos a realizar investimentos significativos, a Secretaria Regional do Ambiente até agora tem-se limitado, por um lado, a não assumir as suas competências em matéria de protecção da Orla Marítima, e por outro, a emperrar o processo de tal forma que os desincentiva.

Na mesma Vila vê-se emperrado um simples processo de licenciamento para montagem de uma esplanada de um movimentado café, com uma estrutura de apoio, com argumentos que comprovam a falta de bom senso a que me referi no início desta intervenção. Qualquer estudo minimamente aprofundado conclui que a sua proximidade com a linha de costa não é um problema real.

Além disso parece mesmo haver, nesta região, dois pesos e duas medidas, pois existem licenciamentos bastante mais duvidosos noutras paragens, e em locais incomparavelmente mais sensíveis do que este.

Mas conheço outros casos bem diferentes, com iguais contornos de falta de bom senso e igualmente merecedores do nosso reparo.

Como é sabido, a Câmara Municipal da Calheta colaborou com um grupo de proprietários que decidiram recuperar o caminho de acesso a uma Fajã de São Jorge - a Fajã da Saramagueira. Os trabalhos estavam a decorrer com normalidade, não fosse

a curiosa intervenção da Secretaria que resolveu interromper a acção da Câmara Municipal, impedindo assim a sua colaboração na conclusão do referido acesso.

Infelizmente não restaram alternativas e a autarquia teve mesmo que abandonar a obra, prejudicando assim um investimento público onde a população estava directamente empenhada, participando activamente, com mão-de-obra própria, no arranjo e melhoramento do acesso à referida fajã.

Este acesso tem grande importância local, pois permitirá a recuperação de adegas, de terrenos de cultivo e de vinhas, evitando assim o seu abandono.

Qual não foi o nosso espanto quando percebemos que a Secretaria Regional do Ambiente decidiu mandar fazer um relatório de segurança do referido caminho no Laboratório Regional de Engenharia Civil.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Existem duas possíveis conclusões para esta vossa atitude.

A primeira é que a Secretaria está a proceder a um estudo sério sobre a segurança dos acessos a todas as Fajãs de São Jorge e das respectivas moradias, com o objectivo de intervir em benefício das populações, nos casos em que se verificarem deficiências ao nível da respectiva segurança.

Se assim for, presto aqui desde já a nossa homenagem.

A segunda possibilidade nem me atrevo a supor, pois não é esperado de nenhum responsável governamental que encomende um estudo sobre a segurança das vias de acesso às Fajãs com o objectivo de provar a fragilidade destes acessos e assim obrigar as pessoas a abandonarem as suas terras e os seus bens, situados nestes locais, cuja segurança é, obviamente, a mesma de sempre.

Mas permitam-me descrever outro exemplo que também define o espírito da actuação da Secretaria em São Jorge.

A Secretaria indeferiu um projecto de prolongamento de um arruamento municipal marginal - o do Baixio, na Vila da Calheta - invocando questões como por exemplo o facto da referida estrada se desenvolver paralelamente à linha de costa - o que nos parece uma justificação no mínimo invulgar, pois pretendia-se dar seguimento a uma estrada marginal, construída há pouco mais de dez anos, numa zona com reconhecida segurança.

Uma vez mais a famigerada Secretaria decidiu inviabilizar um processo considerado normal noutras paragens.

Ninguém esperava. Esta estrada iria dar a possibilidade das pessoas construírem habitações numa zona muito desejada localmente.

Senhor Secretario: Acredite que a população está descontente com a sua Secretaria. Algumas pessoas e até mesmo algumas instituições sentem-se prejudicadas e desmotivadas.

Ninguém aqui tem dúvidas que a sua Secretaria sabe fazer melhor. E que sabe alterar procedimentos quando sensibilizada para isso. Tenho o bom exemplo do que aconteceu após uma intervenção minha nesta Assembleia, há pouco mais de um ano, em que denunciei a falta de cooperação entre a Secretaria e as autarquias locais, e a verdade é que, reconheço, alguns aspectos foram bastante melhorados.

Começa a haver alguma cooperação, como por exemplo, na recolha de sucata e ferro velho, anteriormente efectuada pelas autarquias e que agora terá uma importante participação da Delegação de Ambiente.

V. Exa, Senhor Secretário, percebeu claramente a importância de trabalhar em colaboração com as autarquias locais. Ficamos satisfeitos por isso.

Falta, no entanto, aparecerem investimentos concretos da sua Secretaria, em áreas como a protecção da orla marítima, para que a Delegação de São Jorge deixe de ser apenas uma Delegação de procedimentos administrativos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O sistema de transportes públicos colectivos terrestres em São Jorge conta com várias e penalizantes situações, que vêm de longe, e que a entidade competente regional pode e deve resolver.

Em determinadas zonas - pequenos aglomerados populacionais - a existência deste tipo de transporte público regular é uma necessidade real para a população.

Refiro-me a algumas Fajãs da ilha de São Jorge - núcleos populacionais com características muito específicas, cuja distância dos centros populacionais é bastante considerável.

Algumas delas, para além de serem habitadas, são periodicamente muito movimentadas, como acontece com a Fajã de São João.

Neste caso concreto, a população da zona do Topo, pretende apenas ter acesso a um transporte público, de forma a possibilitar a sua deslocação entre as freguesias e a própria Fajã, uma ou duas vezes por semana, consoante o período do ano.

As pessoas pretendem usufruir dos seus bens, nomeadamente das suas casas de fajã, dos seus terrenos de cultivo e das suas vinhas.

É preciso perceber esta especificidade da ilha de São Jorge.

A Fajã dos Vimes é outro exemplo, mas por razões um pouco diferentes.

Esta fajã, onde vive um número considerável de habitantes, deveria, desde há muito tempo ter acesso a transporte público colectivo de passageiros.

Pessoas que pretendam tratar dos seus assuntos na sede do concelho, têm despesas consideráveis ou então têm que andar permanentemente à boleia.

Repare-se no que aconteceu no início deste ano lectivo com alunos da EBI da Calheta. Tiveram que percorrer uma distância considerável a pé e à boleia para poderem frequentar o ensino secundário. A Faja dos Vimes fica a cerca de 15 Km da Vila da Calheta.

A implementação um sistema de transportes públicos simples, mas adequado, poderá beneficiar bastante a população local, em especial os habitantes mais idosos.

Outros locais poderiam ser objecto de um estudo, por forma a que, conscientemente, se tomassem as medidas adequadas e justas para as populações que vivem mais distantes e isoladas, como por exemplo os Lourais - outra localidade, da freguesia da Ribeira Seca, que se situa sensivelmente a meio da Serra do Topo e que não é abrangida pelos referidos transportes.

As pessoas têm que se deslocar em carros de pessoas amigas ou familiares, ou de táxis, pois neste momento, não têm outra solução.

O sistema de transportes públicos de passageiros deveria ser revisto. Existirão casos em que o actual sistema está correcto e outros em que o sistema estará certamente menos acertado.

Gostaria pois de deixar esta preocupação ao Governo Regional pois parece-nos importante analisar estes problemas, verificando em cada caso as especificidades próprias e resolvê-los a bem das populações.

Disse.

Deputado José Manuel Bolieiro (*PSD*): *Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Ambiente.

Secretário Regional do Ambiente (*Helder Silva*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu quero em primeiro lugar agradecer ao Sr. Deputado Aires Reis a oportunidade que me dá para falar um pouco sobre o trabalho que temos vindo a desenvolver na Ilha de S. Jorge, trabalho não na perspectiva exclusivamente do investimento que temos feito naquela ilha, aliás, de forma ímpar, mas trabalho que ultrapassa as fronteiras do investimento.

Nós temos que, e sobretudo naquilo que tem a ver com vertentes ambientais, começar a ter esta perspectiva de que o trabalho do ambiente é, sobretudo, e mais do que um trabalho de investimento, um trabalho empenhado de protecção das pessoas e seus bens e é nessa perspectiva que nós temos trabalhado ao longo dos últimos anos e temo-lo feito também na sequência de preocupações que largamente aqui foram apresentadas nesta Assembleia, que largamente foram debatidas no seio das próprias autarquias, as tais que o Sr. Deputado referiu, com as quais o Governo tem procurado, mantido e assegurado uma colaboração que tem dado os seus frutos ao longo dos últimos tempos.

É nessa perspectiva que as próprias autarquias avançam com medidas cautelares que, aliás, na altura não tinham força de lei.

É acolhendo este bom sinal que nos é dado por parte das autarquias que nós pegamos nessas medidas e damos-lhe a força de lei.

Nesta Assembleia foram aprovadas medidas cautelares para a Fajãs, na perspectiva de que, em primeiro lugar, as Fajãs se constituem como um bem ambiental relevante e, em segundo, de que há riscos decorrentes da construção, da edificação e da abertura de caminhos nestas Fajãs.

Isto é de tal forma importante, e que vem plasmado nas medidas que eu refiro, que a abertura de caminhos nas Fajãs está proibida, – os senhores certamente conheçam as medidas cautelares – podendo em termos muito excepcionais o Governo, através da Secretaria Regional do Ambiente, competente na matéria, autorizar a abertura desses caminhos.

Deputado Vasco Cordeiro *(PS)*: *Muito bem!*

O Orador: É nesta linha que nós temos trabalhado.

O que pode espantar alguém é, porventura, o facto da Secretaria Regional do Ambiente, nos últimos anos, ter surgido, assumindo aquilo que são as suas atribuições e as suas competências que passam, obviamente, por proteger, em primeiro lugar, as pessoas e a sua segurança. Estamos a fazê-lo e não podemos permitir que uma autarquia que apresentou uma proposta de medidas cautelares, que foi acolhida pelo Governo, que foi aprovada nesta Assembleia, essa mesma autarquia depois, fazendo conta que não conhece as medidas cautelares, venha abrir um caminho sem pedir sequer a autorização da Secretaria Regional do Ambiente. Intervimos, Sr. Deputado, e continuaremos a intervir.

Avaliada que foi a situação, numa perspectiva de cooperação, como foi realçado pelo Sr. Deputado, apesar de às vezes ser difícil cooperar quando as coisas se põem nestes termos, o Governo Regional foi avaliar a situação. O Governo Regional pediu um estudo, e ainda bem que o referiu, ao Laboratório Regional da Engenharia Civil, porque poderia ser perigoso, porque nós não somos detentores da verdade absoluta e, felizmente, existem entidades nesta Região que têm a capacidade técnica para avaliar estas situações e foi-nos dito: “é perigoso e não há condições para a abertura de um caminho nesta Fajã” e, portanto, o caminho não foi autorizado pela Secretaria Regional do Ambiente.

Eu agradeço e sublinho a oportunidade e a relevância que foi dada aqui. O que sobressaiu das palavras do Sr. Deputado é que a Secretaria Regional do Ambiente está a fazer o seu trabalho. Agradeço as suas palavras, por que é este o sentido da intervenção que aqui foi feita pelo Sr. Deputado.

Vamos continuar a fazer o nosso trabalho e vamos fazê-lo tanto na Calheta, como nas Velas, na Ribeira Grande e como fazemos por toda a Região dos Açores. Estamos a fazê-lo sem discriminação político-partidária, ...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): *Muito bem!*

O Orador: ... porque aquilo que são a protecção das pessoas e dos seus bens, com a história recente que nós temos na Região na orla costeira e nas ribeiras, não passa por proteger interesses político-partidários seja de quem for, mas passa por proteger, acima de todos esses interesses, as pessoas, os cidadãos e neste caso, em particular, os jorgenses. É isso que estamos e continuaremos a fazer.

Não quero terminar, no entanto, sem relevar – e peço desculpa ao Sr. Presidente, mas a intervenção exige, de facto, que a resposta também seja longa – que tive já oportunidade de realçar os investimentos que a Secretaria Regional tem feito na protecção da orla costeira de S. Jorge. Já referi na Calheta, na Fábrica Maria D’Anju, na Fajã dos Vimes, o esforço e o trabalho que foi feito em parceria – e também o digo e reconheço – com o esforço empenhado por parte da associação dos “Amigos da Fajã dos Vimes”. Também fizemos a protecção da orla costeira na Fajã de S. João e lamento que isto também não seja realçado pelo Sr. Deputado.

A Fajã de Santo Cristo hoje tem condições ímpares e eu sempre me lembro, e alguns de vós estão nesta Casa há muitos mais anos do que eu, de fazerem escritos sobre a Fajã de Santo Cristo e foi com o anterior Governo que se iniciou um processo de ordenamento e de arranjo da Fajã de Santo Cristo, que foi reforçado ao longo dos últimos tempos, e hoje temos o Alpeirão devidamente ordenado e arranjado.

Mas, mais do que isso, a Secretaria Regional do Ambiente, ultrapassando largamente o limite das suas competências, entrando naquilo que são as competências e responsabilidades da autarquia, está a proporcionar uma gestão de resíduos ímpar na Fajã de Santo Cristo.

Com isto me calo.

Agradeço, Sr. Presidente, a sua benevolência.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: **Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado António Gomes.**

Deputado António Gomes (PS): **Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Aires Reis:**

Eu acompanhei atentamente a sua intervenção e gostaria de prestar alguns esclarecimentos.

Na sua intervenção referiu-se a três questões ambientais, uma das quais tem a ver com o caminho para a Tramagueira e que já foi devidamente esclarecido pelo Sr. Secretário Regional do Ambiente.

Todavia, relativamente ainda a esta questão, gostaria de lhe dizer que esse torço transitável por animais de tracção e, digamos, um circuito pedestre, faz parte da única grande rota de circuitos pedestres que existe na Região Autónoma dos Açores, tendo por base o facto de uma rota desse nível exigir uma extensão superior a 30 km. Infelizmente essa zona de extraordinária beleza está incluída nesse circuito pedestre.

Digo isto para lhe chamar a atenção que, por essa via, também é preciso ter uma atenção redobrada relativamente à intervenção que se possa eventualmente ali fazer.

Relativamente a um assunto particular que tem a ver com uma candidatura de um privado para a construção de um restaurante, gostaria de lhe dizer que ninguém está acima da lei.

Ainda em relação a esta matéria quero também referir que conheço um processo para a viabilização dessa estrutura que, na minha perspectiva, não foi bem conduzido.

Eu tenho acompanhado ultimamente este assunto e julgo que, finalmente, se estão a dar passos seguros para resolver esta questão.

Quero-lhe dizer ainda que toda a propriedade que não tem confrontações definidas e não tem proprietário definido anterior ao ano de 1898, é preciso que se faça a sua fronteira, é preciso que se consiga fazer a delimitação do domínio público marítimo dessas propriedades e era isso que interessava fazer.

Obviamente que é um processo que dá muito trabalho, exige buscas, é preciso provar que anteriormente a esse período essas propriedades já tinham dono para facilitar todo esse processo, porque senão terá de ser remetido para a República para a comissão de apreciação dos processos do domínio público marítimo, o que atrasa bastante esse processo, porque há processos que estão encalhados há anos

nessa comissão de apreciação.

O processo está a dar passos seguros neste momento e estou convencidíssimo que vai ter um desfecho feliz.

Relativamente a outro caso que apresentou, que é uma pretensão da Câmara Municipal da Calheta, quanto à abertura de novos arruamentos, quero-lhe dizer que conheço bem a Vila da Calheta, porque nasci lá, passei lá a maior parte da minha vida e conheço zonas muitíssimo mais nobres e vocacionadas para expandir a Vila da Calheta e dar oportunidade das pessoas poderem construir as suas habitações, zonas muito mais nobres, muito mais protegidas, muito melhor expostas à luz e, infelizmente, a Câmara da Calheta, desculpe que lhe diga, ainda não teve visão para fazer a opção certa em relação a esta matéria.

Também referiu-se aos transportes de e para a Fajã dos Vimes, dizendo que devia existir uma carreira pública.

Há 20 anos a Fajã dos Vimes tinha uma população bastante mais significativa e havia menos transportes particulares. Hoje, felizmente, quase toda a gente tem viatura própria e só agora em 2003 é que ouço falar pela primeira vez deste assunto.

Em relação ao caso dos alunos da escola que aí citou, queria dizer-lhe o seguinte: o Governo Regional, preocupado com essa situação, já assumiu e está em vias de constituir um protocolo com a Casa do Povo da Ribeira Seca que já adquiriu uma viatura nova de 9 lugares para resolver essa situação. Até para essa situação concreta de 3 ou 4 alunos da Fajã dos Vimes, o Governo ponderou a situação e julgo que resolveu da melhor forma.

Muito obrigado.

Presidente: **Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Aires Reis.**

Deputado Aires Reis (*PSD*): **Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:**

Eu queria voltar a dizer nesta Casa que me preocupa uma vez mais o facto do senhor vir aqui para a Assembleia defender o Governo e não as causas de S. Jorge, mas já estamos habituados a isso.

Sr. Secretário, gostava de lhe dizer o seguinte:

Em primeiro lugar, quero dizer-lhe que costumo ser justo e quando as coisas se fazem venho aqui e digo-o, como referi nesta minha intervenção.

Portanto, quando a Secretaria fez o trabalho que fez na Caldeira de Santo Cristo eu também o realcei nesta Casa.

O senhor disse que eu não tinha falado sobre este assunto na minha intervenção, mas eu falei sobre ele e congratulei-me com isso.

Agora o que me preocupou foi o Sr. Secretário referir que todo o trabalho da sua Secretaria era feito em função da protecção das pessoas.

Todos nós conhecemos casos em S. Jorge que são muito complicados durante o Inverno. Refiro-me, por exemplo, ao Baixio, à Fajã dos Vimes, à Fajã de S. João e a verdade, Sr. Secretário, é que nenhum investimento foi feito e um deles resume-se apenas em altear um muro em 70 cm, com uma distância aproximada de 200 metros, para a água do mar não entrar na casa das pessoas. Isto é um pequeno investimento que me parece que já devia estar resolvido.

O Sr. Secretário também falou, e eu fiquei um pouco confuso, em abertura de caminhos para a Fajãs e a verdade é que ninguém aqui falou sobre isso. O que nós estamos a falar é na recuperação e arranjo de um acesso à Fajã da Saramagueira, naturalmente adequado à nova realidade, mas isso não tem nada a ver com a abertura de um caminho.

Portanto, estou plenamente de acordo que a abertura de um caminho deveria merecer a aprovação da Direcção Regional do Ambiente.

Agora a recuperação de um acesso de uma Fajã para possibilitar que as pessoas tratem dos seus terrenos de cultivo, das suas vinhas e das suas adegas, penso que isso só beneficiaria o ambiente.

Obrigado.

Presidente: **Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Ambiente.**

Secretário Regional do Ambiente (*Helder Silva*): **Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:**

Eu queria apenas complementar aquilo que foi dito anteriormente e fazê-lo em resposta também à questão que agora foi levantada pelo Sr. Deputado Aires Reis.

Não terei sido suficientemente claro quando falei nalguns investimentos que desenvolvemos em S. Jorge, mas referi precisamente duas das áreas que foram referidas agora novamente pelo Sr. Deputado, designadamente a Fajã dos Vimes e a Fajã de S. João.

Nós efectuámos, em cooperação com a Associação dos Amigos da Fajã dos Vimes, um investimento na orla costeira, investimento muito importante nesta perspectiva da protecção das pessoas. Aliás, como também foi o próprio porto, porque mais do que um portinho, é também uma estrutura que garante alguma protecção a algumas habitações que existem naquela área.

Também efectuámos um investimento, que foi iniciado ainda no termo do VII Governo Regional e veio a ser concluído já na vigência do VIII, na Fajã de S. João, designadamente no reforço da encosta daquela Fajã.

Portanto, não é justo dizer que a Secretaria Regional do Ambiente não fez investimentos nessas duas Fajãs. Fizemo-lo, admitindo que, como é óbvio, muito há ainda por fazer e eu tenho-o dito e sublinhado sempre.

Os problemas que nós temos acumulados na Região na orla costeira, da avaliação que nós temos neste momento, provavelmente não serão resolúveis na totalidade, com o nosso investimento directo, nos próximos 20 anos e, portanto, isto quer dizer que nós estamos a iniciar um processo de consolidação e de protecção da orla costeira, numa perspectiva de médio e longo prazo, mas na perspectiva que tem se ser também entendida que ao fazê-lo com este esforço financeiro, que sai do bolso de todos os açorianos, não faz sentido estarmos a proporcionar o aumento do volume de problemas na orla costeira.

Portanto, não faz sentido autorizar a construção do restaurante que foi aqui referido, a 15 metros do mar e que se sabe, porque há fotografias, está sujeito à erosão do mar. O que é que significa esta autorização? Significa que no ano seguinte o Sr. Deputado nesta Assembleia virá dizer que a Secretaria Regional do Ambiente é responsável pela orla costeira e que terá de gastar 300 mil contos para proteger o espaço que custou 100 ou 150 mil. O Secretário Regional do Ambiente acho que já deu provas de que é um homem inteligente e, portanto, não faz. Não é?!

Deputado Paulo Gusmão (*PP*): É sim, senhor!

O Orador: Isto responde a esta questão, como responde também à questão que foi aqui falada da ampliação da estrada da Calheta. A estrada marginal da Calheta foi iniciada sem autorização da Secretaria Regional do Ambiente e no primeiro temporal, a obra que foi feita, e estou a referir-me à estrada que foi efectuada por trás da antiga fábrica da Corretora, foi destruída.

Deputado Aires Reis (*PSD*): Mas não é essa.

O Orador: Mas eu estou a referir essa para perceberem como é que estas coisas funcionam.

A autarquia lembra-se de fazer uma estrada, faz e não pede autorização a ninguém – e confesso que nós demos por isso – e a estrada ainda não estava concluída, veio um temporal e logo surgiram os problemas. Obviamente que tinha que dar problemas, porque aquilo foi construído com uma estrutura quase que aceleradora para o mar entrar pela estrada dentro e depois a autarquia faz aquilo que é mais fácil e diz: isto não está na orla costeira? Está. Então é do Ambiente. Obviamente que não é. O ambiente faz aquilo que tem de fazer que é repor a legalidade numa obra que estava a ser construída ilegalmente.

Portanto, é isto que a Secretaria Regional do Ambiente tem feito numa série de intervenções que vêm sendo feitas nesta Região. É este o trabalho e a estratégia que a Secretaria Regional do Ambiente vai prosseguir ao longo dos próximos anos.

Muito obrigado.

Presidente: **Tem a palavra o Sr. Deputado Aires Reis.**

Deputado Aires Reis (*PSD*): **Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:**

Permita-me, Sr. Secretário, que lhe diga o seguinte:

O senhor está a fazer confusão com as coisas.

Secretário Regional do Ambiente (*Helder Silva*): **Eu dei apenas um exemplo.**

O Orador: **O senhor está a falar numa estrada do Baixio que não teve autorização da Câmara. Isso é uma estrada que tem cerca de 14 anos.**

Depois o Sr. Secretário fala em relação ao restaurante e diz que não devem autorizar a construção do restaurante, mas o problema não é esse. O problema é que nem autorizam a construção do restaurante nem protegem aquela zona que é uma zona onde existem moradias.

Secretário Regional do Ambiente (*Helder Silva*): **Essa agora é nova.**

O Orador: **Não é nova, Sr. Secretário. Faz parte das competências da sua Secretaria a protecção da orla marítima.**

Portanto, naquele caso concreto, onde até existem moradias, faz sentido que a Secretaria faça as obras necessárias para proteger a orla marítima naquela zona.

Secretário Regional do Ambiente (*Helder Silva*): **Não faz sentido.**

O Orador: **Em nosso entender faz.**

Em relação aos investimentos feitos na Fajã dos Vimes e na Fajã de S. João, aconselho o senhor a inteirar-se de uma forma mais visual dos investimentos que fez lá.

Secretário Regional do Ambiente (*Helder Silva*): **Eu conheço-os.**

O Orador: **Da forma como o senhor falou, dá-me a ideia de que o senhor não os conhece.**

Em relação ao Baixio volto a dizer que se o mar entra todos os anos nas casas das pessoas, então faz todo o sentido que a Secretaria tomasse alguma medida para resolver aquela situação. Para que o senhor conheça um pouco melhor o sítio que eu estou a falar, o Baixio fica próximo de Santa Catarina e fazia todo o sentido já ter havido investimento naquele local.

Obrigado.

Presidente: **Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Ambiente.**

Secretário Regional do Ambiente (*Helder Silva*): **Sr. Presidente e Srs. Deputados: Não tenciono cansá-los com esta discussão, mas aquilo que não é compreendido, obviamente que eu tenho que procurar, com algum esforço, esclarecer.**

Em resposta à última intervenção do Sr. Deputado, eu quero realçar aquilo que já expliquei. Aliás, penso que ficou realçado pelo Sr. Deputado com as suas palavras.

Nós não podemos continuar a autorizar construções na orla costeira, investimentos que às vezes representam 50, 70 ou 100 mil contos, para depois pôr na Região – e neste caso não importa se é o Secretário Regional do Ambiente ou se é outra Secretaria qualquer – o ónus de ir proteger esses bens.

Aquilo que eu procurei evidenciar foi que nós já temos tantos problemas que foram criados ao longo de tantos anos nesta Região, que é nossa obrigação procurar resolver e o mínimo que temos que fazer, e em primeiro lugar a Secretaria Regional do Ambiente, é diminuir o volume de situações idênticas por toda a Região e, sobretudo, num momento de forte crescimento e em que se esta preocupação não estiver presente nos responsáveis do Executivo e particularmente no responsável pela tutela do ambiente, é óbvio que nós facilmente duplicamos ou triplicamos, num período de 4 ou 8 anos, o volume de problemas que já temos acumulados na Região.

Aquilo que hoje é uma tarefa difícil de realizar, e que tem, em primeiro lugar, a Secretaria Regional do Ambiente como responsável pela sua realização, protegendo essas casas e esses problemas todos acumulados, é evidente que se torna uma tarefa impossível e, portanto, não faz sentido estarmos a contribuir para aumentar ainda mais esses problemas.

Assim sendo, mais vale fazer aquilo que durante anos foi feito, que é não investir na orla costeira.

Aliás, o procedimento até era lógico e de alguma forma razoável, ou seja, nós autorizamos, mas nós não protegemos. Como a nossa linha não é deixar de proteger, mas proteger, obviamente que não podemos autorizar aquilo que se

constitui como um problema, como também não faz sentido, e penso que isso é claro, proteger devidamente a área em causa na Calheta para o restaurante, porque isso significa investir 300 mil contos, quando o investimento do restaurante, se calhar, são cento e tal mil. Isto faz algum sentido? Haverá alguém que perceba a razoabilidade desta estratégia? Eu não a entendo.

Haverá alguém que perceba que a Secretaria Regional do Ambiente deve investir 300 ou 400 mil contos para proteger um investimento que ainda nem sequer está feito.

Deputado Aires Reis (*PSD*): Isso está orçamentado?

O Orador: Neste momento até o podemos acautelar e limitá-lo ao espaço que já existe, mas aquilo que se pretende é ampliá-lo na direcção do mar.

Sr. Deputado, temos alguma avaliação feita, mas é óbvio que se pusermos nessas estruturas aquilo que é o encargo decorrente da manutenção das estruturas, no médio e longo prazo, estamos a falar de um investimento pesadíssimo e não razoável.

Portanto, a nossa estratégia é numa linha de coerência e aquilo que acontece, seja na Calheta, seja na Ribeira Grande, como aconteceu recentemente, seja num outro município qualquer, independentemente do município, cabe-nos a nós acautelar desde logo, e estamos a fazê-lo, o investimento do proprietário, porque se autorizarmos ele vai construir e como nós não temos capacidade para resolver aquela situação, ele pode daqui a um ano ter um problema no investimento que acabou de fazer com dinheiros que, nalguns casos, também são dinheiros públicos.

Muito obrigado.

Presidente: Não havendo mais nenhuma inscrição para intervir sobre este assunto, dou a palavra, para uma intervenção, ao Sr. Deputado Lizuarte Machado.

Para interpelar a Mesa tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gusmão.

Deputado Paulo Gusmão (*PP*): Julgo que no âmbito da rotatividade há uma inscrição do CDS/PP. Agradecia que, se fosse possível, conferisse.

Presidente: **Sr. Deputado, eu confirmei se tinha alguma inscrição para intervenção da vossa bancada e disseram-me que não, mas, pelos vistos, tem.**

Peço desculpa, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gusmão.

Deputado Paulo Gusmão (*PP*): **Quem está inscrito é o Sr. Deputado Artur Lima, mas uma vez que já tinha sido dado a palavra ao Sr. Deputado Lizuarte Machado, a nossa intervenção será feita a seguir.**

Presidente: **Muito obrigado, Sr. Deputado.**

Tem a palavra o Sr. Deputado Lizuarte Machado.

Deputado Lizuarte Machado (*PS*): **Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:**

Data de 2 de Julho de 1439 a Carta Régia que autorizou o Infante D. Henrique a começar o povoamento dos Açores. Segundo Miguel de Figueiredo Côrte-Real “podemos mesmo considerar este documento régio como a certidão de baptismo da Região já que, subsistem dúvidas quanto ao seu nascimento, entenda-se descobrimento, o qual terá ocorrido entre 1427 e 1437”.

Alguns dos primeiros povoadores dedicaram-se à agricultura e à pesca porém outros, na procura de locais mais adequados para viver e trabalhar, ter-se-ão confrontado com o acidentado do terreno e com o espesso matagal que lhes impossibilitava a progressão. Por essa razão certamente muitos reconhecimentos, na procura de novos espaços, terão sido feitos por mar em pequenos bateis, como afirma Gaspar Frutuoso no Vol. I de **Saudades da Terra**.

São de 1552 os primeiros relatos de viagens, não exploratórias, entre portos da costa de uma mesma ilha tendo-se esta prática generalizado e mantido até ao século passado. Ainda há pouco mais de um século as ligações com o exterior e mesmo entre os povoados rurais das três maiores ilhas, S. Miguel, Pico e Terceira, eram quase nulas.

É sabido que os primeiros povoadores trouxeram com eles utensílios vários incluindo alguns batéis, conforme se deduz de algumas citações de Gaspar Frutuoso. Contudo, é legítimo pensar-se que poucos anos passados não só estariam degradados e talvez

mesmo impossibilitados de navegar como também seriam insuficientes para responder às necessidades da pesca e do transporte de pessoas e bens.

Ninguém duvida que a construção naval açoriana terá tido início por essa altura, porém, não são conhecidos documentos dessa época que refiram os primórdios dessa mesma construção naval embora, de acordo com o Almirante Gago Coutinho em **A Náutica dos Descobrimentos** “seja até de admitir que ela constituísse sigilo como aconteceu com as Viagens de descobrimentos que partiram dos Açores para o Ocidente”.

Terá sido por meados do século XVI que vieram dos arsenais do reino carpinteiros, petintais, calafates, ferreiros e torneiros formando pequenas equipas de construção naval como prova o aparecimento no local da Povoação, em S. Miguel de uma pedra do final do século XVI ou princípio do século XVII, classificada, pelas figuras nela esculpidas, como distintivo de uma Corporação de Carpinteiros da Ribeira. Por esta altura a construção naval açoriana terá tido um importante surto de desenvolvimento.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Data de 1537 a carta de Pêro Anes do Canto, Provedor das Armadas, a El-Rei sugerindo a possibilidade de se fazerem caravelas na Terceira, empregando madeiras das suas terras naquela ilha. No século XVI já os arsenais da Terceira construíam caravelas e reparavam navios. Por essa altura, S. Miguel era uma ilha em franco progresso pelo que é natural pensar-se que aí a construção naval estaria bastante desenvolvida.

Por volta de 1580 e referindo-se à ilha das Flores, escreve Gaspar Frutuoso no livro VI das **Saudades da Terra**: “Nesta ilha fez um Anrique Damores, da cidade de Angra, um navio de vinte moios de pão, que botou ao mar por fora deste porto, por cima de muitos calhaus e penedos com grande trabalho e nunca se fez outro na terra”.

Nas restantes ilhas também a construção naval se desenvolveu embora sejam muito poucas as notícias. No Faial apenas do início do século XVIII se conhecem algumas posturas camarárias impondo licenças para “armar embarcações, navios, caravelões ou barcos.” Dessa altura e relativamente ao Pico conhece-se a referência à construção

do galeão TRINDADE numa baía de nome Calheta situada no Sul da ilha. Não é demais referir que a construção naval no Pico tem raízes e tradições que a falta de documentos não pode negar ou pôr em causa. Curioso é o facto de o termo “batel”, vocábulo corrente da época quinhentista e que designa uma embarcação de duas proas, ainda hoje ser de uso generalizado nesta ilha.

De acordo com o Dr. Francisco Carreiro da Costa em artigo publicado a 6 de Outubro de 1962 no jornal **A Ilha** “uma das mais antigas actividades industriais registadas no Arquipélago dos Açores foi sem dúvida a da construção naval, tendo em vista a grande fartura de madeiras que havia nestas ilhas, a necessidade de exportação das mesmas madeiras e dos primeiros produtos agrícolas aqui obtidos e, principalmente, a circunstância de ser quase impraticável o acesso às povoações por via terrestre, do que resultava que o mar era por assim dizer a única via de comunicação para o transporte das grandes cargas e para a movimentação de pessoas”.

É inegável, até porque a isso fazem referência algumas antigas crónicas e as velhas posturas camarárias, que a partir dos fins do século XV e até ao século XVIII existiam arsenais (estaleiros e construtores) em todas as ilhas. É também inegável que ao construírem galeões, tal como afirma Gaspar Frutuoso no Livro IV das **Saudades da Terra**, alguns desses estaleiros possuíam artífices com elevado número de conhecimentos e não apenas simples curiosos.

De acordo com Miguel de Figueiredo Côrte Real “são os barcos açorianos de cabotagem, vulgarmente chamados - das Ilhas - os legítimos descendentes das caravelas de 1500, que, apesar da sua pequenez, deram mundos novos ao mundo”. Ainda no século passado eram esses barcos de construção de madeira, alguns já com motores auxiliares, que faziam as ligações inter-ilhas. Foram eles que, com tripulações destemidas, prestaram durante séculos inestimáveis serviços às populações do Arquipélago.

Foram centenas as embarcações tradicionais açorianas que ao longo de séculos transportaram pessoas e bens, permitindo as trocas comerciais e aproximando gentes que de outra forma, quantas vezes na mesma ilha, nunca se encontrariam. A

construção naval açoriana não se limitou apenas a embarcações de tráfego comercial. Construíram-se milhares de embarcações de pesca e centenas de embarcações baleeiras.

Trazido pelos americanos, modificado e aperfeiçoado pelos açorianos, o bote baleeiro, hoje nosso, é sem dúvida uma das mais belas e marinheiras embarcações do mundo. Segundo Raúl Brandão em **As Ilhas Desconhecidas** um barco destes “é quase um móvel, ao mesmo tempo delicado e resistente, muito bem construído, esguio como um peixe e leve como uma casca, para escorregar sobre as águas”.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Infelizmente mesmo para este povo que segundo João de Melo “nasceu do mar e lhe vem o sangue do sal” não tem sido possível preservar não só a memória mas também parte, por pouco significativa que seja, desse imenso património que é o símbolo mais vivo e mais marcante destas ilhas. Pese embora o facto de a maioria das pessoas achar os barcos interessantes ou porque não sabem nadar, ou porque não gostam de peixe, ou porque enjoam no mar, nada fazem para os preservar.

A baleação tem o seu próprio contexto e interesse e talvez por força disso tem, desde o primeiro Governo Regional socialista, o problema da preservação do seu património devidamente enquadrado e já com um enorme espólio recuperado e a navegar.

Infelizmente as embarcações tradicionais da cabotagem insular açoriana nada tem a ver com os yates estacionados nas marinas e talvez por isso e por desconhecimento da nossa história, falta de espírito marinheiro e gosto pelo mar, quem os exhibe não tem pelas embarcações tradicionais qualquer interesse ou apreço.

Mas será que para além de algum património baleeiro, já a ser recuperado, ainda é possível encontrar embarcações tradicionais da cabotagem insular com carga histórica que justifique a sua recuperação? Felizmente a resposta ainda é afirmativa.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Construído em 1928 por mestre Manuel Dias Vieira, no lugar do Calhau, freguesia da Madalena, foi baptizado com o nome “ PICO” tendo-lhe sido atribuído o conjunto de identificação “H218TL”. Em 1946, após algumas reparações, é rebaptizado de “PICAROTO” mantendo o mesmo conjunto de identificação. Está vivo, é

propriedade do Clube Naval da Madalena, ao qual foi oferecido pela Transmaçor aquando da minha passagem por essa empresa.

Em 1924 descrevia Raul Brandão um desses barcos do Pico utilizado nas ligações Pico–Faial nos seguintes termos: “interessante é o barco, com tripulação de vinte e tantos homens, mestre e contra–mestre, que todos os dias faz carreira entre as duas ilhas a horas mais ou menos certas, carregando bois, pipas de vinho e toda a espécie de carga que lhe metem lá dentro. São grandes embarcações grosseiras, de bancos mal faceados, muitas cordas e moitões, mal largam as duas velas, metem a borda na água e voam por esse mar, abrindo como um arado grandes sulcos na água”.

O iate “Maria Eugénia” é uma das últimas peças históricas da cabotagem insular e da arquitectura naval açoriana. Construída nos Estaleiros Navais de Santo Amaro do Pico pelo mestre Manuel Bento em 1922, para um armador Graciosense, destinou-se durante décadas à cabotagem inter-ilhas, a partir da Graciosa.

Dadas as profundas transformações que ao longo dos anos sofreu o iate “Senhora da Guia”, hoje desactivado na Ilha das Flores, a “Maria Eugénia”, com as obras vivas praticamente intactas, pode ser legitimamente considerada como a representante desse rico, vasto mas infelizmente perdido património naval. Adquirida por uma associação de direito privado, não permitamos que à semelhança do Santo Amaro, Ribeirense, Patriota, Andorinha, Helena, Bom Jesus, Livramento, Terra Alta, Espírito Santo, Fernão Magalhães e Santo António, também desapareça.

Será que não existe na sociedade açoriana espaço para estas duas embarcações? Será que não seriam úteis na formação e apoio à náutica de recreio? Será que, há semelhança do que acontece em quase todos os portos de recreio por esse mundo fora, não constituiriam excelentes cartazes turísticos? Será que não seriam úteis, sobretudo no apoio aos jovens, servindo de bases para a divulgação da orla costeira, do meio marinho e da nossa riquíssima história naval?

Façamos todos um esforço.

Disse !

(Aplausos da Câmara)

Presidente: **Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.**

Deputado Duarte Freitas (*PSD*): **Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:**

A intervenção que o Sr. Deputado Lizuarte Machado aqui nos trouxe, para além da perspectiva histórica e da sua valia intrínseca, nem que fosse só por essa perspectiva e pela análise e pesquisa que foi feita para aqui trazer, também recoloca nesta Casa uma questão importante que já foi aqui debatida e que foi trazida na última legislatura, através da aprovação do diploma que promove os apoios para a conservação do património baleeiro e era essencialmente neste ponto que eu gostaria de tocar, esclarecendo algumas questões.

Em primeiro lugar, é de todos sabido, e desde logo do Sr. Deputado Lizuarte Machado, que não foi desde 96 que se começou a aproveitar, a beneficiar e a promover o património baleeiro, foi desde há muito mais tempo que isso começou a ser feito e tudo o que foi feito antes e depois de 96 em prol dessa preservação e promoção desse património, será sempre bem feito.

É algo que não é só genericamente dos Açores, mas em particular da ilha de onde nós somos e que nos traz muito orgulho, faz parte da nossa maneira de ser, da nossa maneira de estar e inclusivamente da nossa vivência actual.

O que eu gostaria também de complementar aqui relativamente a esta questão é que foram os governo regionais, desde há muito anos, que têm vindo a apoiar esta situação. Há muito ainda para fazer, mas há também um conjunto de entidades e de pessoas que têm que ser lembradas neste momento que se está a falar disto, que são os Clubes Navais, as Juntas de Freguesia, as pessoas individuais que, à volta desses Clubes Navais, à volta dos eventos que as Juntas de Freguesia promovem, à volta dos eventos que as Câmaras Municipais promovem, se juntam para proteger e defender este património, se juntam para utilizá-lo e para nos trazer imagens belíssimas actuais daquilo que foi a história da caça à baleia, (hoje em dia já não se pratica) das regatas e nas viagens que se fazem com turistas.

No entanto, gostaria também de deixar aqui mais duas notas que são as seguintes:

Continuam a haver entidades que estão desejosas, ansiosas e esperam há largos anos por apoios, pela cedência de botes, como é o caso da Junta Freguesia de S. Mateus da Ilha do Pico, que continuam a aguardar.

Certamente que não se pode fazer tudo de uma vez, mas também é preciso ter em atenção quando há vontade de entidades em promover este património.

Para terminar, gostaria só de dizer uma coisa: isto é tudo muito bonito, é tudo muito agradável, mas há um elemento fundamental deste património que tem estado praticamente esquecido que é o Museu da Indústria Baleeira de São Roque do Pico. Foi inaugurado em 95 e de lá até hoje nem sequer a sua musealização foi concluída. É também este o momento para o alertar.

Mas, mais do que isto, a zona anexa a esse Museu da Indústria Baleeira, ou seja, um parque de lazer que lá foi feito, foi deliberado ser entregue à autarquia, a qual já concordou, e espera desde essa altura até agora o protocolo dessa cedência.

Neste momento aquele parque já constitui um perigo público naquela zona e esperemos que não aconteça nada às crianças que lá se deslocam.

Mas, a minha preocupação principal, para além de todas as outras que referi, é salientar a necessidade de proteger e recuperar esse parque e fazer tudo aquilo que é necessário fazer no Museu da Indústria Baleeira que está há muito esquecido.

Presidente: Para participar neste debate tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (*PCP*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membro do Governo:

Em primeiro lugar, queria cumprimentar o Sr. Deputado Lizuarte Machado pela intervenção que aqui trouxe e pelas referências que fez na perspectiva histórica e principalmente na perspectiva actual em relação ao problema da preservação do património marítimo insular.

O trabalho feito no que diz respeito ao património baleeiro é importante, é uma parte deste trabalho de preservação do património marítimo que começou há mais anos, mas que, felizmente, num dado momento foi criado um quadro legal que permitiu que essa preservação e utilização desportiva desse património passasse a ser feito de acordo com regras que tivessem a ver com a perspectiva de preservação do património e não com outras regras.

Portanto, houve boa vontade associada a uma certa desordenação inicial que depois de ser criado o quadro legislativo em que esta assembleia interveio se modificou e progressivamente as coisas encaminharam-se num bom sentido, faltando neste momento, na minha opinião, e aproveitava o ensejo para o dizer, introduzir-se neste trabalho a perspectiva regional que ainda falta, nomeadamente no que respeita a peças do património do Grupo Oriental.

Posta esta questão, queria referir-me ao património marítimo para apoiar integralmente o Sr. Deputado no que respeita à recuperação das duas embarcações referidas, o “Picaroto” e “Maria Eugénia” e dizer a este propósito que tenho o prazer de fazer parte da Associação de Defesa do Património Marítimo Açoriano que hoje é a armadora do “Maria Eugénia” e penso que será um bom serviço todas as entidades públicas, privadas e do associativismo conseguirem conjugar os meios necessários para que seja feita a preservação no sentido adequado daquela embarcação que é, de facto, histórica.

Também me associo ao Sr. Deputado Lizuarte Machado no que respeita ao esforço que é necessário para, apoiando o Clube Naval da Madalena, fazer-se uma adequada recuperação do Picaroto, com os dois mastros, com as duas velas, etc..

Portanto, tenho a ideia que o assunto que trouxe aqui é muito importante e queria essencialmente manifestar o meu integral apoio.

Muito obrigado.

Presidente: Para participar no debate, dou a palavra ao Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (*PSD*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A minha intervenção vai ser muito rápida e é sobretudo para me associar ao sentido de elevação e ao sentido açoriano da intervenção do Sr. Deputado Lizuarte Machado que fez uma incursão na história, com algum esforço de investigação e que, sem qualquer desmerecimento para quem não é especialista na área, merece alguns contributos que podem precisar mais o rigor que a história também tem.

É um dado assente hoje na historiografia que o achamento oficial destas ilhas foi em 1427 e, portanto, pode eliminar essa baliza cronológica que aí referiu. E, digo achamento oficial, porque já antes no século XIV alguma cartografia, nomeadamente italiana, fazia referência e localização já com alguma precisão àquelas que são as ilhas que constituem a nossa Região Autónoma.

Também quero dizer que, apesar da geografia de cada uma das ilhas e da orografia levantar problemas de circulação dentro das próprias ilhas, não estaríamos há 100 anos atrás numa situação tão insípida de circulação interna como aquela que, porventura, poderá ter sido entendida da sua intervenção. Tanto assim é que havia, de facto, uma rede de estradas que, embora muito degradada, nomeadamente na ilha de S. Miguel, a Junta Geral Autónoma, resultante do decreto descentralizador, de 2 de Março de 1895, veio fazer uma grande melhoria através da macadamização dessas estradas, sendo certo também que já se assinalou o centenário da viação automóvel em S. Miguel, o que será, naturalmente, não só algum rigor aos factos históricos, mas também uma ideia mais precisa do que acontecia nessa altura.

Estive com a sua intervenção dando também este contributo: o nosso património não apenas o património móvel como esse que referiu do grande acervo da baleação, é também o património imóvel e para esse também devemos dedicar o máximo do nosso esforço, do nosso talento para essa preservação, mas mais do que isso, património é também a nossa memória colectiva.

Eu registo aqui com alguma tristeza o facto de em 2002 se ter feito uma data que devia ter sido assinalada com outra dignidade, com outra visibilidade, com outra relevância que foi a dos 550 anos do achamento das ilhas de Flores e Corvo, ocorrido em 1452.

De facto, no ano passado nem as autoridades regionais, nem as autoridades locais tiveram, do meu ponto de vista, a capacidade e a iniciativa suficiente para assinalar uma data tão merecedora de um outro respeito de todos nós.

De qualquer modo dou-lhe os parabéns pela sua intervenção.

Penso que é com a abordagem de temas com esta elevação e com este sentido açoriano que, permitam-me dizer, a nossa geração dá provas de que somos capazes, que temos força e que temos determinação para continuar a preservar os valores culturais da nossa terra.

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Lizuarte Machado.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Duarte Freitas:

Efectivamente quando me referi a 1996, estava a referir-me ao ordenamento desta questão nos mesmos termos em que referiu o Sr. Deputado José Decq Mota, isto é: foi a partir daí que existiu um enquadramento legal, mas antes disso há, efectivamente, muito trabalho feito.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Penso que foi em 1998.

O Orador: Talvez foi em 98, mas antes disso há muito trabalho feito por colectividades e até por pessoas em nome individual que fizeram e recuperaram o património.

Relativamente ao Sr. Deputado Joaquim Machado, não quero discutir consigo essas questões históricas, porque não me sinto à vontade nessa matéria.

Em relação à movimentação de pessoas dentro da mesma ilha, gostaria que o Sr. Deputado tivesse – naturalmente que tem, mas não o levantou desta vez – a mesma abrangência regional que eu tive na minha intervenção.

No início do século passado, a segunda maior ilha do Arquipélago não tinha uma rede de estradas e, portanto, o mar era a única via de acesso e foi por meados do século que essa questão avançou.

Relativamente ao património baleeiro, é verdade que não é só o património móvel, é também o património imóvel.

A legislação também salvaguarda essa situação e as entidades ou particulares que detêm património imóvel, o que têm a fazer é pedir a sua classificação, que é um processo muito simples e depois de classificado, esse património tem apoio e enquadramento na legislação existente, justamente para o apoio a imóveis classificados.

Portanto, é um processo que não é muito complicado. Há quem o esteja a fazer.

Deputado Duarte Freitas (*PSD*): É preciso vontade política.

O Orador: Não é preciso vontade política.

Quem é detentor desse património pede a sua classificação. Basta preencher uma ficha, que é muito simples, com o seu historial e juntar uma fotografia. Adquirida essa classificação, tem enquadramento no apoio que está legislado para todo o património classificado.

A minha intervenção situou-se num âmbito – e penso que todos perceberam – que tem a ver com a preocupação deste património e com o facto de existirem só duas ou três unidades que ainda podem ser preservadas e recuperadas.

Se estas unidades navais se perderem, nós podemos construir réplicas, mas não podemos voltar a ter um original e uma réplica por mais perfeita e mais parecida que seja, não tem a carga histórica da peça original.

Portanto, é importante que nos mobilizemos todos, governo, autarquias e privados, para preservar o pouco que nos resta.

No domínio baleeiro já há muito património preservado.

No domínio da cabotagem insular ele não existe e tem uma carga histórica muito grande, muito antiga, do tempo do povoamento e é importante que nos mobilizemos todos na sua preservação.

Há só duas ou três peças a preservar e não deixemos que elas se percam.

Esta foi, de facto, a minha preocupação que me levou a fazer aqui esta intervenção.

Muito obrigado.

Presidente: Srs. Deputados, acabei de saber que está a deflagrar um incêndio na Fanfarra Operária Gago Continuo e Sacadura Cabral, em Angra do Heroísmo,

instituição com quase 10 anos e como sou o Presidente da Assembleia Geral tenho necessidade de fazer alguns contactos.

Assim sendo, vamos fazer agora o nosso intervalo habitual e recomeçaremos às 18,00 horas.

(Eram 17 horas e 20 minutos)

(Neste momento o Sr. Presidente da ALRA ocupou o seu lugar na Presidência da Mesa)

Presidente: Srs. Deputados, pedia que ocupassem os vossos lugares para reiniciarmos os nossos trabalhos.

(Eram 18 horas e 10 minutos)

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

Deputado Artur Lima (PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Permitam-me que aproveite esta oportunidade em que, pela primeira vez, uso da palavra neste primeiro órgão da autonomia, para saudar o Senhor Presidente e todos os Senhores Deputados, manifestando-lhe o mais profundo respeito pelo trabalho que ao longo deste, ou mais mandatos, têm realizado em genuína representação dos eleitores, com verdade, sinceridade, frontalidade e coragem, ou seja, numa palavra, da única forma, em que é possível, sem subterfúgios, servir a população e engrandecer os Açores.

É com muita honra que me encontro aqui a representar o Povo dos Açores e faço-o com muito gosto e redobrada satisfação.

E sendo certo que somos deputados regionais, não é menos verdade que temos uma ligação muito especial à Ilha por onde fomos eleitos, no meu caso a Ilha Terceira.

Mas se me permitem, ainda antes de ir à Ilha por onde fui eleito, uma palavra de solidariedade para aqueles que foram vítimas do sismo de Julho de 98, e sobretudo para aqueles que ainda hoje continuam a viver em condições degradantes, sem o conforto dos seus lares, vítimas de um processo de reconstrução, no mínimo conturbado, e que de sobressalto em sobressalto, passou a sua conclusão de 2009 para 2002, depois para 2004 e agora depois de uma ameaça temporária de suspensão, talvez se venha a concluir em 2006.

Faço votos para que desta vez se planeie com mais rigor e se execute com maior eficácia, de modo a cumprir o plano da reconstrução e acabar com este penoso processo que sempre deveria ter sido conduzido à margem de guerrilhas e birras partidárias.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Posto isto volto então à Ilha Terceira, que em tempos chegou a ser a primeira e que por este andar ainda acaba sendo a derradeira.

Numa coisa pelo menos tem ultimamente ocupado uma posição cimeira. Ao nível dos estudos. Não há obra que esteja para se fazer na Terceira que não seja objecto de um estudo por parte do Governo Regional.

Exemplo bem recente disso é o estudo de impacto ambiental que o Governo se propõe fazer para adiar, mais uma vez, a construção do último troço da via rápida, que deveria já ter sido feito em 1997, eu repito, em 1997, quando por exigência do PP foi incluído no Plano para esse ano. Lamenta-se amargamente que só passados 6 anos se lembrem do estudo. À falta de melhor, fica obviamente esse pretexto, para infortúnio dos Terceirenses, atrasar por mais uma longa temporada a conclusão do referido troço.

Outro estudo, esse geológico, foi também encomendado pelo Governo, que não temos dúvida tem o seu valor científico, mas que na realidade transpira a desculpa, para adiar a construção do novo Hospital de Angra, cuja necessidade me abstenho, por agora, de comentar.

Tinha o referido estudo como objectivo estudar as falhas geológicas da cidade; ora se tivermos em conta e se não me falha a memória a Câmara cedeu pelo menos 7

terrenos para a construção do referido hospital, o estudo vai com certeza tardar em ficar pronto.

Bom resta-nos o consolo de ficar com a geologia feita !

Mas existem falhas que já foram perfeitamente identificadas e que o Governo nada faz para as colmatar. Refiro-me obviamente às falhas de luz na Ilha Terceira, que nos seus altos e baixos nos vai queimando electrodomésticos ,com todos os prejuízos que daí advêm, para toda a gente e que a EDA arditosamente foge.

Só não se compreende, nem se aceita, é a posição do P.S. que aqui vota contra uma solução do problema, apresentado pelo CDS/PP e à imprensa Terceirense diz que a situação assume foros de escândalo. É no mínimo contraditório e lamentável essa posição dualista dos Srs. Deputados da maioria socialista.

É o que se chama agradar a gregos e a troianos. Aqui vota-se contra e na ilha temos públicas manifestações da mais abrangente solidariedade.

E a falha em relação à Terceira é duma enormidade tal, que leva nas suas entranhas, uma escola secundária, um matadouro industrial, nova aerogare das Lages, o terminal de passageiros do Porto da Praia, entre outros, tudo devidamente atapetado com o asfalto que já escasseia, na degradada e perigosa via rápida Angra-Praia. Espera-se é que não resolvam fazer um estudo para decidirem qual o tipo de asfalto que vão usar! Confesso sinceramente que já não seria razão para espanto.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Os Terceirenses sabem perfeitamente que este Governo já foi padrasto para a ilha Terceira, mas este Governo corre é o sério risco de ser não o padrasto, mas o carrasco da nossa Ilha Terceira.

(Aplausos das bancadas do PP e do PSD)

Presidente: **Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Messias para esclarecimentos. Dispõe de três minutos.**

Deputado Paulo Messias **(PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:**

A intervenção do Sr. Deputado Artur Lima, a primeira que faz nesta Câmara, referiu-se quase em exclusivo à Ilha Terceira, círculo por onde ele foi eleito.

Trouxe aqui um tema muito recente, que tem sido discutido na comunicação social da Ilha Terceira, que é o 5º troço da via rápida e que eu gostaria de aproveitar a ocasião para lhe dar alguns esclarecimentos.

O Sr. Deputado refere que só agora se vão iniciar os estudos. Não é, de facto, necessário nenhuns estudos, porque toda a gente sabe o que é que já lá existe.

O que aconteceu foi que o actual elenco da Junta de Freguesia do Cabo da Praia, resolveu tomar providências sobre aquilo que é a sua freguesia e depois de ter conhecimento de que a estrada iria passar junto à Praia da Riviera, zona que é protegida e que para eles é importante, resolveram tomar a iniciativa de propor ao Governo Regional que, aquando da construção dessa via, fosse feito um outro troço de forma a proteger a zona dos Juncos e que a estrada protegesse o que resta da Praia da Riviera, que neste momento estão a tentar ressalvar.

Acederam a alguns estudos da Universidade, de ambientalistas e tomaram a iniciativa de apresentar na Assembleia de Freguesia do Cabo da Praia uma proposta de recomendação ao Governo que tivesse em atenção essas zonas protegidas aquando da construção do 5º troço da via rápida, ou seja, do acesso ao Porto da Praia.

Mais tarde, um voto de protesto apresentado pelo PSD na Assembleia Municipal foi transformado em voto de recomendação para que o Governo fizesse, de facto, a estrada, mas que tivesse em atenção a proposta de acesso à via rápida existente, apresentasse um projecto e desse conhecimento às autarquias envolvidas, nomeadamente às Juntas de Freguesia de Cabo da Praia e Santa Cruz, da forma como estava a decorrer esse estudo de novas alternativas.

Mais tarde a Junta de Freguesia de Santa Cruz veio dizer numa reunião da Assembleia Municipal que não aceitava – e que foi veiculado na Comunicação Social – a hipótese da estrada regional ser alargada em substituição de uma nova estrada junto ao areal.

Mais tarde a Junta de Freguesia de Santa Cruz veio dizer à comunicação social que se fizesse a estrada, mas que ela fosse feita com duas vias em vez das três ou quatro, de maneira que se protegesse aquilo que a Junta de Freguesia do Cabo da Praia pretendia.

Portanto, não havia, de facto, nenhum estudo. Só agora é que apareceu, porque só agora a Junta de Freguesia levantou esse problema.

Neste momento o que se passa é que a Secretaria Regional tomou em consideração a proposta de recomendação da Junta de Freguesia do Cabo da Praia e está a trabalhar nesse sentido.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Barros.

Deputado Francisco Barros (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputado, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Permita-me, em primeiro lugar, Sr. Deputado Artur Lima, saudá-lo pela sua primeira intervenção nesta Casa. Já tinha tido oportunidade de o fazer em sede de Comissão, não em sede do plenário. Seja bem-vindo e que o seu trabalho seja profícuo e que contribua para o desenvolvimento da Região e da Ilha Terceira.

Permita-me igualmente que lhe preste alguns esclarecimentos quanto a algumas das questões que colocou.

Relativamente à construção do novo Hospital de Angra do Heroísmo, Sr. Deputado Artur Lima, aquilo que foi e é compromisso eleitoral do Partido Socialista, consignado em Programa de Governo, é que se proceda ao processo conducente à construção do novo Hospital de Angra do Heroísmo durante a actual legislatura.

O senhor referiu e bem que surgiram um conjunto de terrenos apresentados ou oferecidos pela Câmara Municipal de Angra do Heroísmo para esse efeito.

Anteriormente tinha-se ouvido falar num terreno que a Câmara Municipal da Praia da Vitória afirmava ir disponibilizar para a eventualidade da localização do mesmo, embora nunca se tenha sabido em concreto qual era terreno.

Agora, Sr. Deputado, fique descansado, porque não foi nem está a ser feita a avaliação do estudo geológico de sete terrenos.

Por parte da comissão que está a acompanhar o processo para a edificação do novo Hospital, desses sete terrenos que foram indicados pela comunicação social e que foram apresentados publicamente, a escolha e a opção circunscreveram-se apenas a duas diferentes opções possíveis e é sobre essas duas opções que estão a decorrer os estudos, e não posso precisar se eles já terão sido concluídos, com vista à definição do local de implantação.

Depois disso, como o senhor por certo saberá, há a necessidade de, entre outras coisas, fazer aquilo que se designa por programa funcional e que, para esse efeito, a Secretaria Regional dos Assuntos Sociais já tinha previsto um protocolo com a Direcção-Geral das Infra-estruturas Hospitalares de modo a que esse mesmo programa funcional pudesse ser efectuado.

Portanto, não vamos ficar apenas com estudos geológicos, que em nada lhe poderiam servir. Está-se a avançar com o processo.

Relativamente a outro aspecto que o Sr. Deputado aqui referiu e que se prende com a situação da EDA, o Sr. Deputado referiu, na comunicação social da Terceira, declarações de deputados, mas para que não fiquem dúvidas e para que fique registado que não pense que eu enfiei, sem querer, alguma carapuça, eu enfio-a da cabeça ao pés e desde já lhe digo que, com toda a franqueza, fui e continuarei a ser dos deputados que prestaram declarações, dizendo que aquilo que se passou durante o período das festas natalícias na Ilha Terceira, por vezes com 3, 4, 5 ou 6 cortes de energia no mesmo dia, assumi-a, assumo e reafirmo aqui: “função e situação escandalosa” e não tenho problema rigorosamente nenhum em afirmá-lo.

Aquilo que o Sr. Deputado referiu foi que o PS tinha votado contra uma Proposta de Resolução apresentada pelo seu Grupo Parlamentar e que eu vou recordar-lhe o título: “Recomenda ao Governo Regional que proceda a uma avaliação sobre as causas dos cortes de energia na Ilha Terceira e garanta que as anomalias sejam corrigidas”. Este era o título da recomendação. Poderei, Sr. Deputado, facultar-lhe cópia do relatório da Comissão referente ao mesmo.

Relativamente a este aspecto aquilo que a Comissão de Economia fez, e bem, foi contactar com os responsáveis da EDA, com o Secretário da tutela, reunir,

avaliar, identificar aquilo que eram os motivos expostos na Proposta de Resolução.

Presidente: Sr. Deputado, agradecia que terminasse.

O Orador: Termine já, Sr. Presidente.

O relatório da Comissão de Economia explica muito bem os motivos das causas. Outra coisa diferente, e podemos discutir, é a forma como as mesmas terão de ser reparadas e a pressão tem que ser feita por todas as forças políticas, para que o volume de investimentos previsto se verifique e se aumente a sua implementação de modo a que não possa verificar-se mais situações – e volto a sublinhar para que a carapuça assente ainda melhor – escandalosas como as que se verificaram no passado mês de Dezembro.

Relativamente à questão do Matadouro, que o Sr. Deputado referiu, já tivemos várias vezes ocasião de discutir esse assunto e de explicar publicamente e reafirmo-o aqui: a informação que temos, decorrente dos prazos legais de concurso, indicam para que, no final deste mês, princípio do próximo, o processo de adjudicação dessa mesma importante obra possa ser feito.

Em relação ao terminal de passageiros do Porto da Praia da Vitória, Sr. Deputado Artur Lima, vamos ser francos. O Porto da Praia sofreu os danos que o senhor conhece...

Presidente: Sr. Deputado, o senhor já ultrapassou largamente o seu tempo.

O Orador: Assim sendo, inscrevo-me para prestar mais esclarecimentos.

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

Deputado Clélio Meneses (*PSD*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Aproveito também para saudar o Sr. Deputado Artur Lima, sobretudo pelas suas funções que agora vai exercer, mas também por ser mais uma voz, a juntar-se a muitas outras, nesta Assembleia em defesa da Ilha Terceira, demonstrando-se cada vez mais que o Partido Socialista e os seus deputados estão isolados na defesa de um governo e de uma cor partidária que, em relação à Ilha Terceira, tem sido marcado exactamente por não cumprir as suas promessas.

Algumas das matérias que foram aqui identificadas pelo Sr. Deputado Artur Lima constam, infelizmente, de um rol de promessas não cumpridas do Partido Socialista e do Governo Regional relativamente à Ilha Terceira.

Os Deputados do PS têm bastas vezes enunciado, em tom de escárnio, que é sempre o mesmo rol, é sempre o mesmo rol. Infelizmente é o mesmo rol, porque as promessas continuam por cumprir.

Deputado Joaquim Machado (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Preferíamos que o rol fosse mais curto, o que queria dizer que a grande parte das obras que encheram páginas de manifestos, horas de conversas em cafés, promessas e mais promessas estivessem cumpridas.

Relativamente ao último troço da via rápida, matéria que tem sido objecto de atenção de políticos, de comunicação social e dos terceirenses em geral, é uma obra prometida desde 1997. Foi uma das primeiras promessas do actual poder socialista na Região, relativamente à Ilha Terceira.

Variadíssimas entidades, públicas e privadas, manifestaram a importância e a essencialidade da obra, nomeadamente Câmara de Comércio, Conselho de Ilha, Assembleias Municipais, variadíssimas entidades, durante todo este tempo, desde 1997, foram entendendo a obra como essencial e necessária.

Não se pode esquecer que o troço de ligação ao grande pólo de desenvolvimento económico da Ilha Terceira que é o Porto da Praia da Vitória, a Zona Industrial, o Porto de Pescas, Gare Marítima de Passageiros e Matadouro Industrial. Esta é uma obra essencial.

O que está aqui em causa são duas razões de protesto e de reparo que ninguém fica indiferente.

Basta ver a opinião de muita gente isenta sobre esta matéria de que apenas há um reduto que resta da defesa de que algo vai acontecer e que também vai cair, tal qual como era o reduto da EDA que apenas alguns a defendiam.

Mas, há claramente duas razões de protesto: por um lado, porque é uma obra prometida desde 97 e é essencial para o desenvolvimento da Ilha Terceira e para contribuir para o desenvolvimento dos Açores e passado todo este tempo não foi

concretizada. Primeira razão de protesto e que ninguém, com alguma sensibilidade, pode ir contra isto.

Por outro lado, porque apesar de não se ter cumprido até agora o pouco que restava da obra, o pouco das verbas que estavam previstas até 2004 desapareceram pura e simplesmente dos Planos do Governo, ou seja, não foi feita e o pouco que podia ser feito desapareceu.

Deputados Joaquim Machado e Bento Barcelos (*PSD*): *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Ora, lembro que há dois anos discutia-se o número das faixas e agora é o estudo. Por que razão é que isto acontece? Eu costumo dizer que não tem razão quem fala mais alto, quem repete mais argumentos, que tende dar mais voltas aos raciocínios. As coisas são como são e tem razão quem adequa a sua conduta à realidade e a realidade é esta. Penso que não podem restar dúvidas sobre isto.

Há problemas ambientais, tudo bem, mas por que é que tiveram à espera deste tempo todo para resolvê-los. Se há problemas ambientais, para que é que serve o dinheiro da estrada? Isto é inconcebível.

Foi posta em causa a minha conduta como Deputado e como relator da Comissão de Política Geral quando o senhor disse que o Deputado Clélio Meneses tinha conhecimento que o Sr. Secretário tinha dito que ia haver problemas ambientais e por que é que agora vem protestar. Exactamente por o Sr. Secretário dizer que não ia fazer a obra. Mais uma razão para protestar.

Presidente: Agradecia que concluísse, Sr. Deputado.

O Orador: Finalizo já, Sr. Presidente.

Na mesma medida em que o Sr. Secretário disse que não ia fazer a obra, porque havia problemas ambientais, também houve um outro membro do Governo, candidato eleito pela Ilha Terceira, que disse, em 16 de Novembro de 2001, que este troço não faz falta nenhuma aos terceirenses e adiantava em tom irónico: “é o trânsito imenso que circula todos os dias a caminho do cais do Porto da Praia da Vitória que, como se sabe, está sempre cheio de navios descarregando cargas. Não sei se são navios fantasmas? Não sei o que é que o Sr. Deputado foi lá ver?”

Obviamente que a obra é necessária e é essencial. Levou muito tempo a construir. É mau que se tenha retirado todas as verbas.

Todos juntos, deputados da oposição e do poder, vamos tentar que os Açores sejam melhores em cada uma das nossas ilhas e foi para isso que os cidadãos nos elegeram.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PSD e do Sr. Deputado Paulo Gusmão do PP)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Barros.

Deputado Francisco Barros (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Primeira constatação para que não fiquem dúvidas.

O Sr. Deputado Artur Lima ou terá o dom da multiplicação ou estará aqui em legítima substituição do Sr. Deputado Alvarino Pinheiro. Portanto, não é mais uma voz. É a voz do CDS/PP.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Os homens não se medem pela quantidade, mas por aquilo que são!

O Orador: E utilizando as palavras do Sr. Deputado Clélio Meneses, devo dizer que não é por se falar muito alto e muitas vezes, que se tem razão.

Retomando a questão, Sr. Deputado Artur Lima, do terminal e gare de passageiros do Porto da Praia, devo dizer que o Porto da Praia sofreu, fruto das intempérie, o colapso que se verificou.

Houve uma intervenção rápida e eficaz por parte do Governo Regional em termos da sua reabilitação.

Foi esse mesmo Porto da Praia, que consta do tal rol, que pelos vistos fizemos bem recordar, cada vez são menores as tais promessas, porque quem operacionalizou o Porto da Praia foi o Governo Regional do Partido Socialista. Quem fez obras no Porto de Pescas da Praia da Vitória foi o Governo Regional do Partido Socialista. Quem vai construir o Matadouro Industrial, por aquilo que está previsto no PMP 88/92, é o Governo Regional do Partido Socialista.

O Sr. Deputado Artur Lima continua a falar na saga do cais de passageiros. Curiosamente PSD e PP, aquando da altura do colapso do Porto, disseram: “há que ampliar o porto”, retendo como grande discussão a necessidade de ampliação do Porto da Praia.

Lançou-se essa grande discussão e nessa altura já não era a questão da reabilitação, era a questão da ampliação do cais acostável.

Deputado José Manuel Bolieiro (*PSD*): Quando passarem para a oposição vão exigir isso.

O Orador: Quando é apresentado o Plano Director do Porto da Praia que nos permite racionalizar e operacionalizar as diferentes valências aí existentes, entre outras coisas, temos que perceber onde é que se vai colocar uma gare de passageiros no actual Porto da Praia. De uma vez por todas entendam-se: querem ou não querem a reabilitação do porto, querem ou não querem a sua ampliação? Querem de certeza a gare para amanhã, mas têm de perceber que ela não está colocada no sítio devido.

Deputado Clélio Meneses (*PSD*): Querem? Queremos! Somos todos da Terceira!

O Orador: Voltando atrás à questão do famoso último troço da via rápida.

É preciso não atirar frases fora do contexto para atribuir a um membro do governo o ónus de dizer: “vejam bem este senhor que até foi cabeça de lista pelo PS nas últimas eleições e que diz que não serve para nada”.

Deputado Clélio Meneses (*PSD*): Está aqui. Pode ler.

O Orador: Leia então a sequência toda do debate.

Eu também me recordo muito bem que a intervenção do Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura foi no seguimento duma proposta peregrina apresentada pelo Grupo Parlamentar do PSD em que dizia que não era importante a reabilitação do antigo Palacete Comendador Silveira e Paulo, Escola Industrial, e que essas verbas fossem destinadas ao 5º troço da via rápida,...

Deputado Bento Barcelos (*PSD*): E é verdade. O 5º troço é mais importante!

O Orador: ... porque a questão da preservação do património não era importante em termos de alternativas. Nessa altura foi isso que foi dito e foi nesse contexto que os senhores discutiram.

Também é extremamente curioso verificar uma postura curiosíssima do PSD/Açores que é: nos dias pares dizem que para a reconstrução não parar façam-se menos obras,...

Deputado Clélio Meneses (PSD): Nem uma coisa nem outra. Nem a reconstrução, nem as obras.

O Orador: ... se necessário for não se façam investimentos para que haja verbas para a reconstrução; nos dias ímpares os mesmos personagens vêm dizer: queremos mais isto, mais isto, mais isto.

Os Srs. Deputados definam-se de uma vez por todas, para percebermos aquilo que os senhores querem ou não querem, porque senão o tal reduto, qual aldeia gauleza, que pelos vistos ainda é bastante considerável, porque se nós queremos um reduto de irredutíveis gaulezes, quem sabe se o PSD não se tornará numa espécie em vias de extinção.

Muito obrigado.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Para esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

Deputado Artur Lima (PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Sr. Deputado Francisco Barros, naturalmente que o que se está aqui a pedir são coisas que deviam ter sido feitas há muito tempo.

A gare de passageiros já devia lá estar há anos.

O último troço da via rápida, se os senhores tivessem cumprido os compromissos que assumiram em 97, já estava feito. Os senhores é que não cumpriram aquilo que prometeram e isto é que preciso ficar claro.

As coisas vão mudando ao longo dos anos. É claro que o porto foi abaixo e ninguém podia prever que o porto ia abaixo, agora usar essa desculpa por já não ter feito...

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Em 94!

O Orador: Não é agora, Sr. Deputado, teria que ter feito antes. Já devia lá estar e os senhores não fizeram. Isso de ir buscar desculpas onde elas não existem, é já

uma desculpa gasta. Ultimamente tem sido o Governo da República que os senhores têm malhado todos os dias, agora lembraram-se de ir buscar o PSD de há 10 anos atrás.

Assim sendo, eu queria dizer-lhe que já devia estar tudo feito, sobretudo o último troço da via rápida.

Deputado Dionísio de Sousa *(PS)* Tudo?!

O Orador: Sim senhor, tudo, o porto, a gare de passageiros, o último troço da via rápida que esteve orçamentado para ser feito em 97 e os senhores depois retiraram do Plano. Esta discussão já a tive o ano passado pelas autárquicas e já devia estar tudo pronto.

Os senhores não foram sérios, não cumpriram a sua palavra e o negócio que tinham feito.

Sr. Deputado e meu conterrâneo Paulo Messias, eu ouvi o Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Cabo da Praia nas suas declarações na televisão e o que ele disse foi que queria a estrada feita, mais metro, menos metro, mais acima ou mais abaixo e, portanto, os senhores façam a estrada.

Deputado Dionísio de Sousa *(PS)*: Não é assim que fazemos estradas. Fazemos no sítio certo.

Deputado Paulo Messias *(PS)*: Não foi isso que ele disse.

O Orador: Foi, sim senhor. Desculpe, mas ele disse isso na RTP/Açores.

Portanto, os senhores façam a estrada e ficamos todos satisfeitos.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Barros para esclarecimentos.

Deputado Francisco Barros *(PS)*: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Artur Lima:

Já devia estar tudo feito, Sr. Deputado, mas que eu saiba o final desta legislatura é 2004 e no final de Novembro do ano passado nós discutimos aqui o Plano e Orçamento para este ano, bem como a reprogramação financeira do PMP.

Eu não sei que medo especial provoca ao Sr. Deputado Artur Lima o conjunto de obras consignadas, as obras feitas e em curso e aquelas que estão projectadas.

Eu prefiro uma obra projectada, consistente e que permita que amanhã não dê problemas, do que algo que foi feito em estradas em que havia uma frente de máquinas a andar sem projectos, sem valetas, sem nada e depois com meia dúzia de quilómetros de estrada atingia-se 100% de trabalhos a mais e a obra tinha que parar. Foi o que se passou, por exemplo, na estrada Lajes/Santa Bárbara.

Quanto ao último troço da via rápida, esclareçamos de uma vez por todas este romance, sob pena que na próxima vez que haja uma intervenção pública de um Presidente de Junta de Freguesia ou de um deputado qualquer desta Casa, tenhamos que vir acompanhados do Dicionário de Língua Portuguesa da Academia de Ciências, o que não é propriamente um instrumento de fácil manuseamento.

Quero com isto dizer, para que fique aqui claro, que o que os Deputados do Grupo Parlamentar do PS defendem relativamente à feitura do último troço da via rápida, na sequência da interpelação feita em Comissão ao Sr. Secretario Regional da Habitação e Equipamentos e na sequência da proposta de recomendação da Freguesia do Cabo da Praia, aprovada por unanimidade, que em traços gerais diz: “é importante que se faça a ligação ao porto, mas não pelo traçado actualmente previsto, porque vai afectar uma zona ecologicamente sensível. Por favor façam isto por outro lado”.

A abertura dos Deputados do Partido Socialista é no sentido de que se faça por outro lado e tendo em atenção aquilo que possa ser a conjugação de interesses da população, de operacionalização do porto e preservação de elementos ambientais.

É nessa perspectiva que o assunto tem de ser encarado e não na perspectiva de que num lado se diz “portanto” e noutro se diz “de facto”. É exactamente no sentido da substância ser a mesma, independente da forma poder ser diversa.

Quanto à questão de surgir ou não surgir, foram os senhores aqui, e recordo uma vez mais, que nesta Assembleia em Novembro passado e ciclicamente vêm com a questão de que há constrangimentos orçamentais, que foram assumidos em primeiro lugar pelo Governo Regional. Se calhar não se poderá fazer tudo e há que definir prioridades.

Então se há que definir prioridades, depois vem-se reclamar aquilo que estava previsto e que não estava previsto. Entendamos isto de uma vez por todas.

Só mais uma última nota, Sr. Presidente, e agradeço a sua magnitude.

Presidente: É uma magnitude extraordinária, Sr. Deputado. Já nem sei o que hei-de fazer.

O Orador: Há aqui um aspecto, Sr. Deputado Artur Lima e Sr. Deputado Clélio Meneses: a seriedade de qualquer um dos deputados desta ou de qualquer outra bancada não está em causa e muito menos os propósitos dos objectivos que nos trazem aqui. Que isto fique claro e registado, porque não há aqui um concurso de quem é mais ou menos sério do que os outros.

Muito obrigado.

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima. Gozará da mesma magnitude.

Deputado Artur Lima (PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Deputado Francisco Barros:

A questão do último troço da via rápida não é um romance, é um drama.

Se há prioridades, e evidentemente que há, cá estamos para as apoiar.

Se os senhores têm dinheiro, façam estradas. Os senhores é que têm de dizer se fazem ou não fazem, porque foram os senhores que prometeram, não fomos nós.

Nós temos é que exigir as obras. Volto aqui a reafirmar que os senhores é que prometeram e não fizeram e devia ter sido feito em 97.

Eu não tenho medo que os senhores projectem nada, desde que não seja a minha casa, eu fico descansado.

Devo-lhe dizer, com toda a franqueza, que a última obra que os senhores projectaram na Terceira não foi muito feliz nesse aspecto, ou seja, entrava máquina, depois saía máquina e depois não tinha instalação para o gás, etc..

Estou a referir-me ao Centro de Saúde. Digamos que não foi um projecto muito feliz.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Os nossos dramas têm sempre um final feliz!

O Orador: Acabou bem, Sr. Deputado, mas teve umas estrepolias pelo caminho.

Está lá e está muito bem, mas a nível de projecção não foi assim muito feliz.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Só um breve esclarecimento sobre uma matéria que foi aqui referida e que não tive oportunidade de esclarecer na minha primeira intervenção.

É dado a entender que Assembleia Municipal da Praia da Vitória manifestou-se no sentido de que, considerando a proposta da Assembleia de Freguesia do Cabo da Praia, iria recomendar que apresentasse um projecto. Não foi nada disto.

Foi um debate longo e nesse debate foi apresentado um voto de protesto pela situação e tendo em conta a possibilidade de haver uma posição unânime e na medida de suscitar essa posição, o voto de protesto sobre toda esta situação passou a ser um voto de recomendação em que se recomendava que se fizesse e que manifestasse uma posição pública nesse sentido. Ninguém pôs em causa uma alteração ao traçado ou ao projecto e posso ler o que foi lá dito: “Recomenda a concretização do último troço da via rápida de acesso ao Porto da Praia da Vitória até 2004, disponibilizando verbas e projecto para o efeito, dando-se conhecimento do andamento do processo às autarquias envolvidas”. Foi isto que foi dito.

O problema é que está prometido desde 1997 e nunca houve projecto e depois vem o provérbio, vem a revolta e todos já perceberam isso. Já percebemos todos que até agora não foi nada feito. Uma vez é por causa do troço, outra vez por causa do número de faixas, outra vez por outra razão qualquer e a estrada continua por fazer. É por isso que existe revolta.

Nós, Partido Social Democrata e Partido Popular, temos conhecimento dessas posições do Governo Regional que diz umas vezes que há um problema de ambiente, outras que há um problema do traçado, há um problema do percurso e não vamos fazer.

É por termos conhecimento claro disso que estamos a denunciar que se tem que fazer essa estrada.

Na própria Assembleia Municipal, em que isso foi discutido, houve membros da Assembleia que disseram e passo a citar: “Se querem apresentar protesto pelo atraso, ok!” Foi a expressão usada. Toda a gente assumiu que há um atraso e há que protestar por isso. “É penalizante que a estrada já não esteja feita”. Tudo isto foi dito por todos os partidos. Existe um sentimento unânime de que é penalizante a estrada já não estar feita.

Todos assumem que devem protestar por a estrada não estar feita e recomenda-se que seja feita de imediato, mas o que é certo é que o pouco que estava previsto até 2004 desapareceu.

Eu não estou aqui para julgar as intenções de ninguém, mas admitamos que todos estamos com boas intenções de se fazer aquela estrada, mas o que é certo é que o pouco que estava previsto desapareceu. Até 2004 não há verba prevista no Plano e Orçamento da Região para que a estrada se faça. É isto que está aqui em causa e penso que todos, de uma forma responsável, temos que assumir isso.

Ainda ontem num programa televisivo, com dois comentadores afectos a duas áreas políticas sobre esta matéria que está aqui em discussão, um do comentadores, pessoa que nunca foi sequer ligada ao PSD, dizia: “o problema é que às vezes as pessoas querem justificar o injustificável”. Foram estas as palavras utilizadas.

Neste caso não há justificação possível, há é que assumir uma posição responsável.

Quem está no Governo é porque quer. Ninguém é obrigado a estar no Governo. Estando no Governo tem que ter a responsabilidade de assumir aquilo que prometeu e também tem que ter a capacidade de aceitar as críticas e de aceitar a fiscalização.

Quem está na oposição também tem o dever de aceitar as críticas que lhe possam ser feitas, mas também tem o dever, assumido quando se candidata e quando assume essas responsabilidades, de fiscalizar, criticar, levantar as questões na medida em que entende que elas devem ser levantadas.

É por isso que todos estamos aqui sem constrangimentos, sem complexos, mas no sentido positivo de enfrentarmos a realidade tal como ela é e não custaria nada aos deputados do Partido Socialista também dizerem: é importante que ela se faça e que é mau que ela não tenha sido feita.

Deputado Paulo Messias (PS): E é.

O Orador: Mas, o que está a ser feito é um ataque pessoal permanente, um ataque contra aqueles que defendem a Terceira. É isso que fazem permanentemente. É óbvio, nítido e todos os terceirenses já perceberam que ninguém é eleito para isso.

Portanto, queremos é que todos assumamos isto de uma forma positiva, construtiva e responsável e que se deixe de ir buscar argumentos onde eles não existem, no sentido de, como disse na minha primeira intervenção, darmos todos um contributo para que as coisas se façam, porque se o Sr. Secretário Regional, depois da intervenção pública do PSD, se apressou a mandar um comunicado para toda a comunicação social e que chegou a alguns órgãos de comunicação social às 7 horas da noite, daí a urgência e o trabalho que manifestou fora de horas,...

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (José Contente): 7 horas não é fora de horas!

O Orador: ... dizendo que a obra e os estudos iriam ser feitos.

Se isso foi feito depois da posição pública do PSD sobre esta matéria, quer dizer que a nossa posição, pelo menos, serviu para alguma coisa, serviu para o Sr. Secretário se apressar a dizer que a obra e os estudos iam avançar. Serviu para isso e daí a utilidade que a oposição também tem.

É óbvio que o Governo Regional não faz obras para o PSD, nem para o PS, faz obras para os açorianos...

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Terminou o seu tempo.

O Orador: ... e nós como deputados responsáveis temos o dever de exigir isso.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Oliveira.

Deputado Francisco Oliveira (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu não estava, como penso que estava a ser notório, para intervir neste debate, porque acho que os meus colegas de bancada desenvolveram e explicaram bem a argumentação do PS sobre esta matéria.

Agora, há aqui questões em causa que, sempre que esta matéria é abordada, é inevitável que os argumentos voltem à baila e voltem, de alguma forma, a ser esclarecidos.

É evidente que toda a gente gostaria que tudo o que é englobado nos planos anuais ou de médio prazo tivessem a execução imediata nesse mesmo ano, nesse mesmo Plano de Médio Prazo.

Eu já mais do que uma vez invoquei aqui nesta sala que os únicos partidos que são capazes de invocar essa execução rápida daquilo que é prometido, são exactamente o PC e o PP que, logicamente, muito tempo vai demorar para se saber o que é que são, na prática, capazes de fazer nessa matéria.

Penso que no momento actual impunha-se, por uma questão até de vergonha política, não invocar o procedimento do Governo da República, mas não era a isso que eu me queria referir.

Eu queria apenas dizer que não reconhecemos, e mais uma vez o digo, ao PSD autoridade nessa matéria, em termos de se demorar algumas obras.

Relativamente ao 5º troço da via rápida, que dá aceso ao porto, eu queria dizer que é, de facto, uma obra importante a ser realizada.

Ninguém algum dia disse, da parte da bancada do PS ou do Governo, que aquela obra não seria realizada.

Agora, acontece que quando as circunstâncias apertam, quando algumas obras, coisa que no passado nunca existiu esta razão, têm que sair dos planos, porque a verba necessária para áreas de fundamentalíssima importância nos Açores,

quando a falta de solidariedade nacional colocou o Governo Regional na necessidade imediata e urgente de...

Deputado Clélio Meneses (PSD): Se está a falar de 97 eu concordo.

O Orador: ... apartar verbas para que a reconstrução continuasse, foi necessário retirar algumas obras do Plano.

O acesso ao Porto da Praia da Vitória, em termos de prioridade, talvez não seja a obra nº 1 da Ilha Terceira.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Desde 97.

O Orador: Se assim não é, eu perguntaria qual o navio que deixou de encostar pela falta do 5º troço? Qual o contentor que deixou de ser carregado pela falta do 5º troço?

Deputado Clélio Meneses (PSD): Isso vai ficar registado.

O Orador: Exactamente, está registado e é para estar, porque quando os senhores vão lá para fora, eventualmente, dizer na tal conversa de café que eu digo que não quero o Porto da Praia da Vitória, é evidente que a responsabilidade é vossa, é o vosso método de trabalho, é a vossa forma de proceder.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Nosso método de trabalho?! Como é que é isso? Que falta de respeito!

Presidente: Sr. Deputado, agradecia que concluísse.

O Orador: Agora, eu disse e repito: o acesso ao Porto da Praia é, economicamente, de vital importância para a ilha. Simplesmente quando se trata de cortar obras no Plano pela falta de verbas, esta foi, de facto, uma obra escolhida para não ser executada neste Plano de Médio Prazo. Isso está claramente assumido.

A posição que veio da Assembleia de Freguesia do Cabo da Praia também teve que ser respeitada, porque foi naquela altura que foi assumida e foi naquela altura que foi entregue ao Sr. Secretário que tem a responsabilidade sobre esta tutela.

Muito obrigado.

(Aplausos da bancada do PS e do Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas)

Presidente: **Muito obrigado, Sr. Deputado.**

Por imperativos regimentais este debate tem que ser transferido para amanhã.

Sr. Deputados, vamos passar ao Período da Ordem do Dia, com a continuação do debate sobre a Proposta de Decreto Legislativo Regional que “estabelece as normas de polícia administrativa para a Região Autónoma dos Açores”.

Estávamos ainda no debate na generalidade. Para a especialidade existem várias propostas de alteração da Comissão, subscritas pelo Partido Socialista, conforme documento que fez chegar à Mesa.

Continua o debate na generalidade. Quando terminámos os nossos trabalhos não havia ninguém inscrito.

(Pausa)

Tem a palavra a Sra. Secretária Regional Adjunta da Presidência.

Secretária Regional Adjunta da Presidência *(Cláudia Cardoso)*: **Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:**

Retomando aquilo que ontem discutíamos acerca das normas de polícia administrativa, uso da palavra para, apesar do tempo que entretanto passou, responder às questões que me tinham sido colocadas pelo Sr. Deputado Clélio Meneses.

Tinha sido precisamente referido o diploma 264, saído na República, bem como o 310 e a questão da aplicabilidade ou não à Região Autónoma.

Como é evidente, e conhecerá o diploma tão bem como eu conheço, não é uma Lei Geral da República e, portanto, não se aplica à Região Autónoma, dispondo da possibilidade das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira poderem legislar nesta matéria.

Agora, a questão que se levanta aqui, e que penso que o Sr. Deputado talvez não se tenha apercebido, é que a matéria sobre o qual versa o 264 é precisamente matéria que na Região, por via do decreto que está em vigor, já se encontra da

mesma forma que esse diploma dispõe e, portanto, trata de transferência de competências em matéria de licenciamento para as autarquias. Neste momento e desde 96 são as autarquias da Região que são as responsáveis e que têm competências em matéria de licenciamento.

Em relação ao 310, e penso que é aqui que talvez a sua posição se colocasse de forma mais significativa, ele introduz efectivamente uma alteração de fundo, chamemos-lhe assim, para além das competências de licenciamento serem transferidas para as Câmaras Municipais, e opera, por via da extinção da figura de Governador Civil, a passagem também da competência para instauração de processos contra-ordenacionais para as autarquias.

Penso que era aqui que me colocava a questão de não se ter feito uma nova audição.

A audição às entidades foi feita em relação à proposta de diploma que nós apresentámos.

O Governo Regional entende que, apesar dessas competências terem sido transferidas ao nível nacional, dada a nossa especificidade regional, não haveria necessidade, nem grande produtividade e eficiência que esta componente contra-ordenacional fosse transferida e por isso entendeu que não deveriam ser introduzidas alterações a esta proposta.

Portanto, de nada serviria ouvir as mesmas entidades que já tinham sido ouvidas e que tinham, e muito bem, proposto alterações, algumas delas acatadas, sobre uma matéria que no nosso entendimento não tem de fazer essa transferência de competências, dada a especificidade da nossa administração regional ter o peso e o tamanho necessariamente diferente da administração central.

Foi por isso que não voltámos a repetir a audição que já tinha sido feita, como sabe, até há bem pouco tempo.

Portanto, penso que tinham sido estas as duas questões que me tinha colocado. Se houve mais alguma à qual não respondi, agradecia que depois a repetisse.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Barros.

Deputado Francisco Barros *(PS)*: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Secretários Regionais:

Ainda no seguimento desta discussão na generalidade e tendo em conta algumas questões que aqui se colocaram, nomeadamente em relação ao Decreto-Lei 264/2002 e 310/2002, eu gostaria de destacar e de relembrar a esta Câmara que, no dia 12 de Agosto do ano passado, a Comissão de Política Geral emitiu, por unanimidade, pareceres, quer sobre o Decreto-Lei 310/2002, quer sobre o Decreto-Lei 264/2002, onde aquilo que era a essência do seu parecer, aprovado por unanimidade, era a seguinte:

“A transferência de competências directas dos Governos Civis para as Câmaras Municipais não têm em atenção a especificidade das Regiões Autónomas”.

Atendendo a todo o enquadramento político, jurídico e constitucional das Regiões Autónomas, nós, na generalidade, nada temos a opor a esta transferência, mas na especialidade propôs-se, quer para um, quer para outro diploma, o aditamento que diz:

“A aplicação às Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira do regime previsto no presente diploma, depende de diploma próprio das respectivas Assembleias Legislativas Regionais”.

A resposta à questão colocada de porque é que não se aplica – o Sr. Deputado Clélio Meneses está a acenar em sentido de anuimento, porque é ele o relator desta mesma Comissão – está, em parte, dada pelo próprio parecer unânime da Comissão de Política Geral.

Além do mais, e permitam-me apenas aqui referir uma questão meramente formal, este 264/2002, pelo menos para a interpretação de um leigo em assuntos jurídicos, para além daquilo que é o nº 4 – licenciamento de actividades diversas – especialmente o seu nº 2, eu não percebo qual é a ligação que os outros artigos têm com o diploma que nós temos agora aqui em discussão. Sinceramente não percebo, porque isto fala em poderes consultivos das Câmaras Municipais, em deveres de recuperação das Câmaras Municipais, em poderes junto dos serviços desconcentrados, ou seja, isto fala em tudo, menos em licenciamento e em polícia administrativa, exceptuando o artigo 4º, no seu nº 2 que, aliás, no

Decreto-Lei 310 é o que regulamenta a questão do licenciamento e das competências de polícia administrativa.

Fica este esclarecimento no sentido de reafirmar a posição do Grupo Parlamentar do PS.

Em nosso entendimento, este diploma, com as alterações apresentadas e aprovadas em Comissão, está em condições de ser votado favoravelmente e permite a clarificação de um quadro de competências da polícia administrativa, adaptando-o às novas realidades.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar para dizer que o parecer da Comissão de Política Geral foi dado exactamente no sentido de que aqueles dois diplomas seriam aplicados à Região nos termos previstos no parecer e daí não perceber a referência ao parecer.

Por outro lado, a pergunta que se fez – e penso que talvez houve aqui alguma dificuldade na emissão ou na recepção – foi se se considera aplicado à Região o Decreto-Lei 264/2002, com este diploma agora em causa, porque o diploma 264 procede, em grande parte, à transferência de competências para as autarquias locais.

O Decreto-Lei 310/2002 o que faz é regulamentar o regime de licenciamento, ou seja, o Decreto-Lei 310 vem na sequência do 264/2002 que prevê o regime da transferência de competências.

Assim sendo, a questão que se coloca é esta: quando se fala apenas do 310/2002 está-se a aplicar um diploma que regulamenta o regime previsto num outro diploma que, pelos vistos, não é aplicado.

Portanto, penso que ficamos aqui num embróglio jurídico que tem alguma complexidade e que pela circunstância dos diplomas da República terem sido publicados numa altura em o processo estava em fase final de consulta.

Esta é uma questão que merece ser esclarecida e a pergunta que eu deixo é esta: considera-se aplicado o Decreto-Lei 264/2002?

Se se considera aplicado, ao contrário do que foi aqui dito, o Decreto-Lei 264/2002, em termos materiais e de fundos, diverge em muito do diploma vigente na Região, designadamente em dois aspectos:

Por um lado, a fiscalização que a nível da República compete às Câmaras Municipais e, por outro, no diploma regional continua a competir ao Governo Regional, ou seja, a nível da República o licenciamento e a fiscalização é competência das autarquias locais; a nível regional é apenas o licenciamento e não a fiscalização. Parece-nos ser uma questão de fundo, uma questão importantíssima.

Se não se considera aplicado, por que é que não foram ouvidas as autarquias?

Foi aqui já referido que não foram ouvidas, porque se entende que não há alteração de fundo, mas na nossa opinião entendemos que há uma alteração de fundo relativamente ao regime existente.

Assim sendo, pergunto se se considera ou não que o diploma vigente segue aquilo que foi decidido na Comissão de Política Geral, que é aplicar à Região os diplomas da República, adaptando-os às necessidades regionais e se com este diploma se está ou não a aplicar à Região o regime daqueles dois diplomas?

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra a Sra. Secretária Regional Adjunta da Presidência. Dispõe de três minutos.

Secretária Regional Adjunta da Presidência (*Cláudia Cardoso*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo, Sr. Deputado Clélio Meneses: É evidente que aquilo que eu disse mantenho.

O Decreto-Lei 264 não é aplicável à Região, até porque se fossemos pegar no artigo que procede a essa aplicação, seria perfeitamente inócuo, uma vez que na Região o licenciamento já é da competência das autarquias. Portanto, não vejo qual é a sua questão relativamente a isto.

Aliás, a Região foi pioneira, porque desde 96 que essa competência é das autarquias, enquanto no território nacional as autarquias não tinham essa competência e, portanto, não vejo o que é que o senhor quer alterar nesta

matéria, nem faria qualquer sentido. Seria, como acabei de dizer, perfeitamente inócuo.

Em relação ao Decreto-Lei 310 aí, sim, é que existe, de facto, uma alteração de fundo e foi entendido que essa alteração podia cometer a órgãos de governo próprio que a Região tem e que a nível nacional não existem, daí a transferência ter sido feita directamente para as autarquias locais, que é o Governo Regional que pode perfeitamente, de uma forma mais coerente e mais uniforme, fazer a regulação de um processo excepcional que é o processo contra-ordenacional.

Nós entendemos que a administração deve, de facto, aproximar-se cada vez mais, com ganhos significativos, dos cidadãos, mas entendemos também que isso deve ser feito quando houver ganhos e não quando houver perdas, porque em matéria de processo contra-ordenacional, sendo como é um processo excepcional, interessa que haja uma entidade que possa uniformizar critérios e trazer alguma coerência a esta questão.

Não nos parece que, sendo as autarquias locais as responsáveis por esse processo, conseguíssemos, de facto, ter essa coerência que neste momento existe. É por isso que mantemos o diploma tal qual ele está.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

Deputado Clélio Meneses (*PSD*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sem prejuízo do parecer, estamos aqui numa discussão meramente jurídica e eu só queria prestar um esclarecimento.

A Sra. Secretária acabou de dizer que o Decreto-Lei 264/2002 não é directamente aplicável à Região, e passo a citar o artigo 9º:

“A aplicação do presente diploma às Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira faz-se, sem prejuízo das competências cometidas aos respectivos órgãos de governo próprio e das adaptações que lhe venham a ser introduzidas, por diploma regional das respectivas Assembleias Regionais”.

A pergunta continua: considera que este diploma, no seu artigo 9º, aplica às Regiões Autónomas o regime previsto neste diploma?

Secretária Regional Adjunta da Presidência (*Cláudia Cardoso*): Não é directamente aplicado.

O Orador: Se é, por que razão há esta grande distinção em que as duas áreas de intervenção pública, licenciamento e fiscalização, apenas uma delas fica igual ao diploma vigente na República?

Presidente: Tem a palavra a Sra. Secretária Regional Adjunta da Presidência.

Secretária Regional Adjunta da Presidência (*Cláudia Cardoso*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Eu acabei precisamente de explicar isso.

O Decreto-Lei 264, como lhe disse, tem um artigo que permite às Regiões Autónomas legislarem nessa matéria, através de diploma próprio.

Deputado José Manuel Bolieiro (*PSD*): Não permite. Aplica-se à Região.

A Oradora: Em termos de licenciamento, essa matéria, na Região, já é da competência das Câmaras Municipais.

Não vejo qual seria a pertinência de fazer a adaptação, exactamente pelas razões que lhe acabei de explicar.

Em termos de fiscalização não é, porque entendemos que, à semelhança do que acontecia anteriormente, a fiscalização deve competir aos órgãos de governo próprio, neste caso ao Governo Regional que concentra entendimentos nessa matéria.

É por isso que não vamos proceder a essa aplicação e, portanto, não optamos por passar essa fiscalização para as Câmaras Municipais. É tão simples quanto isso.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Deputado José Manuel Bolieiro (*PSD*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Secretários Regionais:

Ontem tive oportunidade de cumprimentar amistosamente a Sra. Secretária nesta sua estreia parlamentar e confesso que hoje já não estou tão inclinado para lhe fazer um elogio, porque me parece, muito sinceramente, que a Sra. Secretária teve sérias dificuldades em explicar este diploma tal como ele está, a aceitação das propostas de alteração que o Partido Socialista lhe apresenta e o

esclarecimento das dúvidas que, não só em sede de Comissão como aqui neste debate, foram levantadas pelo Grupo Parlamentar do PSD.

De facto, a sua apresentação inicial antecipada, como ontem reconhecia, foi muito genérica e não esclareceu bem o que está em causa neste diploma.

Entretanto, quero fazer duas referências essenciais para além daquilo que foi aqui evidenciado, e muito bem, pelo meu colega de bancada, do ponto de vista técnico, muitas zonas escuras por esclarecer e de dúvidas da sua oportunidade na discussão e votação neste plenário.

A primeira, aquela que eu quero destacar, é a citação que a Sra. Secretária faz, talvez por mero lapso, no artigo 1º., ao Decreto-Lei 316/95, quando deveria referir o 310/2002. Mas este é um pormenor que penso que até em redacção final se poderá corrigir.

Mas, Sra. Secretária, a dúvida mantém-se e esta é uma questão que não só é técnica, mas também é política.

A República, com este Decreto-Lei, determina a sua aplicação à Região Autónoma dos Açores, sem prejuízo das competências cometidas aos respectivos órgãos de governo próprio e das adaptações que lhe venham a ser introduzidas por diploma regional. Esta cláusula que está aqui, noutros tempos designava-se como cláusula de salvaguarda para a defesa da Autonomia e, desde logo, da intervenção e participação do Parlamento Regional.

Em relação às adaptações concretas feitas e produzidas nesta proposta de decreto, desde logo, se se entende que este novo regulamento de polícia trata dessa adaptação, penso que pela sua parte, Sra. Secretária, não ficou esclarecido este ponto.

O outro ponto tem a ver com as transferências de competências.

Admitindo que há aqui, e em nossa opinião há, uma transferência de competências ou uma partilha de competências entre a Administração Regional e as Autarquias, com atribuição até de receitas das coimas para uma e para outra administração, a Regional e a Local, a verdade é que há uma exigência legal, (Lei Geral da República) que quando se fazem transferências de

competências deve essa transferência ser precedida de audição e negociação com as autarquias.

Neste contexto, com base neste diploma, esta audição e esta negociação não foram feitas. É um mau precedente para este exercício de transferência de competências, quando a audição e negociação deve ser feita pelo Governo Regional, proponente desta Proposta de Decreto Legislativo Regional.

Portanto, são deficiências não só da Proposta de Decreto apresentada, como do procedimento, que não podem permitir, desde logo, ao Grupo Parlamentar do PSD votar favoravelmente um diploma que deve ter tendência consensual.

Por outro lado, Sra. Secretária, não me permite, infelizmente, manter o elogio auspicioso da sua intervenção neste Plenário, como Secretária Regional.

Portanto, Sra. Secretária, peço-lhe que veja melhor este procedimento legislativo e esclareça cabalmente estas dúvidas que foram apresentadas pela bancada do Grupo Parlamentar do PSD.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (*PS*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para participar na discussão e de certa forma tentar contribuir para o esclarecimento de algumas questões.

Em primeiro lugar, Sra. Secretária, deixe-me que lhe diga que a considero inteiramente merecedora dos elogios que lhe foram dirigidos e sinceros, presumo eu, pelo líder da bancada do Partido Social Democrata.

Em relação às questões que são colocadas, parece-me que há, talvez, salvo o devido respeito, algumas confusões, nomeadamente quanto à circunstância da audição dos municípios.

Eu tenho aqui um conjunto de documentação em que consta exactamente essa matéria.

Em relação à negociação, introduz-se um outro factor que interessa ter em conta e que radica na questão colocada e que foi a seguinte: por que razão é o licenciamento e por que razão não é a fiscalização?

A pergunta que eu faço, se me permitem, é esta: os senhores acham ou não que a fiscalização deve estar cometida ao Governo Regional?

É esta a dúvida que eu gostaria de ver esclarecida também da vossa parte.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Deve aconselhar-se com os autarcas.

O Orador: Da nossa parte está perfeitamente esclarecido que nesta matéria, e tendo em conta a existência do nível de administração que é a Administração Regional, é perfeitamente lógico que a fiscalização sobre essas matérias deve competir ao Governo Regional.

A minha dúvida é a seguinte: os Srs. Deputados do PSD acham ou não que a fiscalização deve ficar cometida ao Governo Regional ou, pelo contrário, acham ou não que o Governo Regional deve ser ignorado nesta questão? É uma dúvida que tenho.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Secretária Regional Adjunta da Presidência.

Secretária Regional Adjunta da Presidência (Cláudia Cardoso): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A questão que o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro levanta aqui, eu já tentei responder ao Sr. Deputado Clélio Meneses no mesmo sentido.

Essa audição não foi feita, porque tinha há muito pouco tempo sido feito outra em que eles tiveram a oportunidade de se pronunciar sobre esta matéria de forma detalhada e houve, efectivamente, negociação das propostas apresentadas por eles e algumas, como eu já disse, foram acatadas e integradas na Proposta e outras não, mediante argumentação.

Nós já expusemos a nossa posição relativamente a esta matéria.

Em termos de licenciamento penso que nem temos que discutir, porque isso já compete, através do decreto em vigor, às autarquias.

Em termos de fiscalização e dos processos contra-ordenacionais, parece-me que não faz qualquer sentido operar-se essa transferência. Agora, se faz sentido, resta saber por que é que os senhores acham que faz sentido e porque é que se deve lutar.

A única questão que se levantou relativamente ao Decreto-Lei 310 que fala desta matéria, está presente no diploma, mediante as medidas de alteração que o

Grupo Parlamentar do PS propôs, que foram votadas em Comissão e vão ser integradas em redacção final.

O Decreto-Lei 264, como já lhe expliquei, trata apenas da matéria de licenciamento e que compete, efectivamente, às autarquias.

Relativamente ao 310, como acabei de dizer, está na proposta de alteração.

Presidente: Muito obrigado.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Secretários Regionais:

Não creio que a intervenção da Sra. Secretária tenha sido verdadeiramente convincente, porque há aqui uma questão de procedimento.

O complexo normativo, no plano nacional, alterou-se e o bom procedimento legislativo, tendo em conta a alteração das circunstâncias do tal complexo normativo, era proceder novamente à negociação.

É uma opção política legítima do Governo e da maioria que o sustenta querer ir por ali ou por acolá.

A opção tomada é que a fiscalização fique na Administração Regional e o licenciamento nas autarquias. É legítimo e respeitável. Aliás, isso é que é o exercício das opções políticas que o Governo faz e muito bem, porque é da sua competência, mas não é isso que está em causa.

Num diploma que pensamos que deve ser tendencialmente consensual, até para depois ter uma concretização efectiva e em determinadas áreas se faça a respectiva aplicação e fiscalização, consideramos mal, porque ainda suscitam dúvidas e eu ontem manifestei esta minha preocupação, dando esse alerta também para a Sra. Secretária. Portanto, não se pode confundir.

Devo dizer à Sra. Secretária que, embora a crítica que lhe acabei de fazer pela insuficiente explicação que fazia ao diploma e às dúvidas aqui levantadas, mantenho o elogio, porque reconheço que a Sra. Secretária é inteligente, tal como é o líder o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, mas, tendo em conta essa inteligência, não podem confundir a audição com o processo de negociação.

Portanto, o que temos que perceber é que fazia todo o sentido – e é essa reivindicação que o Grupo Parlamentar do PSD faz – que deveria haver um processo de renegociação, de concertação, preferencialmente com as autarquias que vêm aqui uma nova actuação no quadro legal de distribuição de competências, fruto da solução nacional, quanto a este enquadramento.

Há aqui também uma questão de procedimento e esse procedimento, Sra. Secretária, passaria, em nossa opinião, por um processo de negociação, para que o verdadeiro cumprimento da lei se faça relativamente às transferências de competências da Administração Central para a Administração Regional e da Administração Regional para a Administração Local.

A isso a Sra. Secretária não deu resposta e, portanto, não pode depois provar que deu início a um procedimento de negociação após o aparecimento deste Decreto-Lei.

Secretária Regional Adjunta de Presidência (*Cláudia Cardoso*): Houve negociação!
O Orador: Não deu início ao procedimento de negociação. A Sra. Secretária não confunda a tal audição, fruto de um quadro e dum complexo normativo que ainda não estava em vigência, e este novo Decreto-Lei nº 264/2002. É isso que está em causa.

Portanto, mantenho esta minha desilusão quanto ao esclarecimento feito pela Sra. Secretária.

Por outro lado, o sentido de voto do Grupo Parlamentar do PSD sobre esta Proposta de Decreto Legislativo Regional, vai ser de abstenção.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gusmão.

Deputado Paulo Gusmão (*PP*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para dizer aqui um pouco daquela que é a nossa opinião sobre isto.

De facto, nos princípios até estamos de acordo e respondendo à pergunta que fez o Sr. Deputado Vasco Cordeiro, embora não tenha sido feita a nós, mas dando a nossa opinião sobre se entendemos ou não que a fiscalização, como referiu e bem a Sra. Secretária, até tenha uma uniformidade que só é possível se

for feita através do Governo Regional, parece-nos que isso possa ser mais vantajoso.

Mas, também entendemos que, de facto, não faz assim muito sentido que, se é uma adaptação, como é, a negociação tenha sido feita antes do diploma que nos dá força para o adaptarmos, não tendo qualquer problema que na adaptação até o diploma seja totalmente diferente, mas é aquele diploma, através do seu artigo 9º., que nos dá força legislativa para o adaptarmos e a adaptação pode ser este diploma, mas acho que não é, passe a expressão, juridicamente muito sério.

Nós estávamos a legislar com base noutra legislação e agora, entretanto, há outro diploma e então muda-se o nome: onde se dizia o Decreto-Lei antigo, diz-se o novo. Não é bem assim. Primeiro lê-se o diploma e a partir faz-se uma nova proposta com o novo diploma e, com certeza, ouvir novamente as autarquias.

O diploma é de Dezembro e as autarquias já tinham enviado o parecer e nem sequer falam em negociação. Os pareceres são de Outubro ou Novembro e, portanto, esses pareceres são anteriores à nova legislação.

Nós que queremos ter aquilo que os outros têm, pelo menos tentemos ver isso, ou seja, se no resto do país a legislação foi mudada, as pessoas, pelo menos, possam ter acesso a essa legislação.

Esta até é uma questão de formalidade daquilo que é o processo jurídico de construção. Não faz muito sentido que se ignore, por assim dizer, quer aqueles que têm que ser ouvidos no âmbito da nova legislação, quer nós próprios quando construimos um diploma.

Fica aqui alguma dúvida no resto.

Deputado José Manuel Bolieiro (*PSD*): *Muito bem!*

Presidente: **Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.**

Deputado Vasco Cordeiro (*PS*): **Prescindo.**

Presidente: **Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.**

Deputado Paulo Valadão (*PCP*): **Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:**

Como já ontem aqui referi, nós estamos de acordo com a proposta e as alterações feitas pelo Governo Regional, apesar da legislação nacional, que

temos na nossa frente, nos deixar algum receio e gostaria de começar por exprimir este receio.

Se se começam a esvaziar competências regionais, na Região Autónoma dos Açores, para transferi-las para as autarquias, mediante legislação nacional, estamos implicitamente a esvaziar o poder autonómico, estamos a esvaziar a necessidade, que todos nós reconhecemos, de órgãos próprios da Região Autónoma.

Para nós este é um aspecto a ter em conta, embora seja, neste momento, paralelo ao outro.

Aliás, preocupou-nos e exprimi essa preocupação quando há dias nos aparece também uma Proposta de Decreto nacional sobre concurso de professores, área que é e sempre foi da Região e que, em nosso entender, tem que se manter na Região, independentemente da legislação nacional. Este é um aspecto de princípio.

Agora, existe um outro aspecto ao qual eu sou sensível e chamava a atenção de todos os Srs. Deputados e apelava inclusive para o bom senso.

Nós temos dois diplomas nacionais, um publicado em 25 de Novembro, o ou outro publicado em 16 de Dezembro e temos um parecer da Associação de Municípios de 6 de Novembro, ou seja, anterior ao diploma nacional e aqui é que está o problema que, a nosso ver, pode ser um problema material em relação a esta legislação, que é o facto de estarmos a legislar perante pareceres anteriores a legislação que deveria ter tido em conta quando o nosso diploma é analisado na Comissão. Esta, para nós, é uma preocupação e penso que não haveria necessidade de correremos um risco que, efectivamente, podemos correr. Como disse nós estamos de acordo com a matéria, agora pensamos que em relação a matérias destas devem-se evitar determinados riscos que se podem correr com a aprovação desta matéria.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Secretária Regional Adjunta da Presidência.

Secretária Regional Adjunta da Presidência (*Cláudia Cardoso*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Apenas para acrescentar algo mais acerca disto.

Por via desta proposta, e não obstante haver uma alteração por via do 310, não é feita qualquer alteração na Região.

O licenciamento continua a ser das autarquias, a questão do licenciamento específico das máquinas de diversão continua a ser da competência do Governo Regional e a matéria da fiscalização continua a ser da competência do Governo Regional.

Portanto, não há qualquer alteração, em termos materiais, nesta questão, há apenas alterações formais que decorrem exactamente dessa legislação ter saído a nível nacional.

A negociação foi feita, foram ouvidas as entidades e deram o seu parecer e muitas dessas questões foram, como eu já tive oportunidade de dizer, acolhidas no nosso diploma. Não apenas das Câmaras Municipais, mas de outras entidades e, portanto, não vejo que haja assim uma falta de seriedade como têm tentado imputar ao Governo.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (*PS*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, Srs. Secretários:

Espero que os elogios dirigidos pelo Sr. Deputado José Manuel Bolieiro não sejam tão provisórios como os que dirigiu ontem à Sra. Secretária e que perdurem mais no tempo.

Deputado Duarte Freitas (*PSD*): Está nas suas mãos.

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Em relação a esta matéria, eu penso que, embora reconhecendo o mérito à chamada de atenção e o alerta, não têm razão.

Os Srs. Deputados entendem, nomeadamente o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro entende que um processo de negociação deverá ser algo que só terá razão de ser e só terá substância quando revestido de um determinado formalismo, nomeadamente quando fechado o processo de negociação.

O objectivo final que aqui se visa garantir é o atender à opinião das Câmara Municipais e isso é algo que já foi feito, na exacta medida em que o Governo

Regional acatou algumas das deliberações e sugestões apresentadas pelas Câmaras Municipais.

Portanto, por essa via não me parece que seja correcto afirmar-se que não houve negociação à volta desta questão.

Relativamente à questão da transferência ou não de competências, a própria Sra. Secretária já referiu isso.

Nós temos diplomas nacionais que atribuem determinado tipo de competências e em relação à legislação regional aquilo que temos é apenas a modificação de aspectos e matérias que se entendeu serem convenientes. Não há aqui qualquer transferência de competências da parte da Administração Regional para as Câmaras Municipais.

Portanto, o que me parece haver aqui é, isso sim, da parte do Governo da República uma alteração ao nível desta disciplina, mas aí o Governo da República ouviu a Associação Nacional de Municípios, como consta do preâmbulo da lei.

Do ponto de vista regional não nos parece, salvo o devido respeito, que haja aqui qualquer problema de, em primeiro lugar, negociação e, em segundo lugar, qualquer transferência de competências que não é feita.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gusmão.

Deputado Paulo Gusmão (PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Porventura será mais fácil perceber como é que isto tem algo de *sui generis* se fizermos o raciocínio ao contrário, ou seja, se esta legislação nacional, porventura, mudasse coisas fundamentais em que algumas até não pudéssemos mexer, teríamos nós ou não de voltar a ouvir as autarquias, teríamos nós ou não de voltar a fazer um diploma diferente?

O que acontece aqui é que o novo diploma continua a dar-nos a liberdade legislativa de adaptarmos, como é direito próprio da nossa autonomia, mas isso não invalida que o processo não seja correcto, que não faz sentido para ninguém que o diploma que nos dá força legislativa, é aquele diploma que estamos a

adaptar, só no fim, por acaso, é que é citado para substituir um outro que já não estava em vigor e que já não tinha nada a ver com a proposta que aqui está.

Portanto, isto é até uma questão de credibilizar aquilo que pretendemos aqui aprovar.

É por via disso e com esse objectivo que o Grupo Parlamentar do CDS/PP propõe que o diploma baixe à Comissão para que haja o respectivo processo de negociação, dentro daqueles que são os novos considerandos e até os respectivos pareceres, porque também é um exercício de democracia e do contributo que as autarquias dão, e isso acontece neste diploma como acontece na maioria dos nossos diplomas regionais, também é fazer um pouco a comparação daquilo que acontece no nosso país com o que acontece na nossa Região.

Isto é algo tão natural e tão normal e, portanto, é com esse objectivo que fazemos este requerimento que já entregaremos na Mesa.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

Deputado Clélio Meneses (*PSD*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Isto é mais um desabafo.

A determinada altura deste debate eu pensei que estava a falar e ninguém estava a perceber. Felizmente que os Srs. Deputados Paulo Gusmão e Paulo Valadão perceberam e nas suas intervenções evidenciaram o cerne da questão.

Não está aqui em causa nenhuma questão material. Em relação a esta questão, nas audições efectuadas pela Comissão, houve concordância sobre esta matéria.

O que está aqui em causa é a questão do processo legislativo e é este processo legislativo que, a ser posto em causa, na minha opinião, não poderá prejudicar a própria questão material que sobre ela há um grande consenso. Penso que não se poderá prejudicar uma coisa por causa de outra.

Tentando resumir o que está aqui em causa, todas as autarquias e entidades consultadas, foram consultadas num determinado quadro legislativo em que estava em causa que a competência para o licenciamento era das Câmaras Municipais e a competência para a fiscalização era do Governo Regional.

Entretanto, são publicados dois diplomas da República, o Decreto-Lei 264/2002 e 310/2002, sendo que, curiosamente, nas alterações do PS nunca se refere o Decreto-Lei 264/2002 e este diploma faz uma transferência completa de competências ao nível do licenciamento e ao nível da fiscalização.

Pode ser que se chegue ao cúmulo deste raciocínio: de que lá fora é assim e aqui é desta forma. Tudo muito bem, mas a questão que se coloca é esta: perante este novo quadro legislativo foram consultadas as autarquias?

Esta é que é a questão de fundo que parece que inquina todo o processo legislativo, porque legalmente é exigido que no âmbito de transferência de competências deve haver um processo de consulta às autarquias locais e elas não foram consultadas neste novo quadro em que na República se transfere o licenciamento e a fiscalização e na Região não.

Por que é que as autarquias não foram consultadas? É isto que está em causa.

Entendeu-se que não se quer transferir, pergunta-se porquê?

Eu perguntei já variadíssimas vezes se com este diploma se está a aplicar o artigo 9º. do Decreto-Lei 264/2002 que diz: “... este regime jurídico é aplicado, podendo ser introduzidas adaptações por diploma da Assembleia Legislativa Regional”.

A dúvida continua e volto a perguntar se, com o diploma que está aqui em causa, aplicou-se o 264/2002? Se se aplicou, por que é que as competências que eram de fiscalização na República, passam para o Governo Regional? As autarquias foram consultadas sobre esta distinção? Acho que não foram e se o não foram acho que é ilegal que o não tenham sido.

É apenas estas questões do processo legislativo em si que se esclareçam.

De início tentámos só levantar a questão para suscitar que ela fosse resolvida, não no sentido de obter proveitos maiores ou menores do que o que está aqui em causa, mas apenas no sentido...

Deputado Vasco Cordeiro (*PS*): De enriçar.

O Orador: O Sr. Deputado é que está dizendo.

Deputado Vasco Cordeiro (*PS*): O que eu disse foi: “não no sentido de enriçar”.

Estou de acordo consigo.

O Orador: ... de levantar a questão dando um contributo positivo para que este também seja um processo legislativo escorreito.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (*PCP*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Aquilo que eu quero dizer tem também a ver um pouco com este assunto.

Gostaria de referir, porque na Comissão isso não foi referido, o que se vai passar em relação ao artigo 1º, com o Decreto-Lei 316/95, de 28 de Novembro, e o diploma não faz nenhuma referência e o relatório da Comissão também não, porque ele está em grande parte revogado.

Penso que isto também é importante para esclarecimento desta matéria.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (*PS*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. e Srs. Secretários:

Quero esclarecer o Sr. Deputado Clélio Meneses que no meu aparte apenas clarifiquei que acho importante colocar-se essa questão e sem qualquer intuito de confundir. Portanto, concordei apenas consigo.

Mas, de qualquer das formas, parece-me que não tem razão na dúvida que coloca pelo seguinte: o Sr. Deputado parte do princípio de que o facto da Região exercer, do ponto de vista legislativo, uma competência e por via do exercício dessa competência decidir que há uma competência, que inicialmente havia sido transferida para as Câmaras Municipais, que deve ficar para a Região, o Sr. Deputado Clélio Meneses, por aquilo que bem percebi, entende que deveria ter sido feita nova consulta às Câmaras Municipais.

Nós estamos radicalmente em desacordo com isto pelo seguinte: por que razão é que se estabelece a necessidade de consulta e de negociação às Câmaras Municipais, quando há transferência de competências para elas? Porque elas passam a estar oneradas com determinadas actividades, passam a estar oneradas com determinados direitos, obrigações e o cumprimento de determinadas tarefas.

Ora, defender-se que a Região, quando legisla e reserva para si determinada competência, também deve estar subordinado a parecer das Câmaras Municipais, é subordinar o exercício de uma competência pela Região Autónoma a parecer das Câmaras Municipais. Na nossa perspectiva isso não deve acontecer na Região Autónoma dos Açores.

Diferente seria, se o diploma nacional, tendo reservado para a Região Autónoma a competência fiscalizadora, tivesse agora esta Assembleia a atribuir essa competência fiscalizadora às Câmaras Municipais. Aí o Sr. Deputado Clélio Meneses teria inteira razão, mas não é isso que acontece.

O que está aqui em causa são competências que foram transferidas para as Câmaras Municipais e em relação a isso a Associação Nacional de Municípios foi ouvida e por essa via as autarquias dos Açores também o foram e a Região agora, pelo facto de termos aqui um nível intermédio de administração, que é a Administração Regional, entende que o licenciamento é das Câmaras Municipais e que a fiscalização deve competir ao Governo Regional.

Mas, será que nós podemos fazer isso? Será que as normas que constam, quer do 264/2002, quer do 310/2002 nos permitem fazer isso? É obvio que permitem.

Portanto, por esta via está resolvida a questão de saber se a Região Autónoma dos Açores pode ou não pode reservar para si essa competência fiscalizadora.

Da mesma forma que está resolvida a questão de saber se há ou não a necessidade de ouvir as autarquias.

Por aquilo que percebi, o que estava aqui em causa é se a Região, pelo facto de reservar para si a competência fiscalizadora, é ou não obrigada a negociar com as autarquias locais. O nosso entendimento político é que não é, nem pode ser, porque isso seria estar a subordinar o exercício duma competência legislativa, conferida por uma Lei da República, a parecer e a negociação com as Câmaras Municipais.

Sobre este assunto poderá haver diferença de entendimentos, mas da nossa parte a nossa opção é de que não pode ser assim. O nosso entendimento não é esse.

Portanto, nesta perspectiva parece-nos que está esclarecido, em primeiro lugar, por que razão é que não é necessário haver negociação e, em segundo, por que razão é que o Governo Regional reserva para si a competência fiscalizadora.

Relativamente àquilo que foi dito pelo Sr. Deputado Paulo Gusmão não me parece que tenha qualquer validade ou eficácia o seu requerimento de baixa à Comissão, pelo menos nos termos em que foi feito, porque, se bem me recordo, as normas do Regimento impõem que o seja por escrito e com cinco assinaturas.

Deputado Paulo Gusmão (PP): Já está a ser preparado.

O Orador: Já reparei que está a ser preparado.

De qualquer das formas, mesmo sendo regimental este requerimento, queremos manifestar, desde já, a nossa discordância.

A matéria encontra-se esclarecida, as opções políticas estão claras, os fundamentos legais estão claros, o procedimento legislativo foi respeitado e, por isso, não há nada que esteja em dúvida relativamente a este diploma.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Secretária Regional Adjunta da Presidência.

Secretária Regional Adjunta da Presidência (Cláudia Cardoso): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para clarificar aquilo que ainda se mantém em execução.

O Sr. Deputado Paulo Gusmão dizia há pouco que se tivesse havido mudanças a nível nacional, aí se calhar se justificaria.

Mas, Sr. Deputado, não podemos funcionar no domínio do hipotético.

O que aconteceu foi que saiu legislação a nível nacional e que a nossa proposta, e é sobre esta proposta que, quer as autarquias, quer as outras entidades têm que se pronunciar, não sofreu qualquer alteração e por isso continuamos a não ver qual é a necessidade de uma nova auscultação, quando isto está a ser analisado há 6 meses, foram ouvidas todas as entidades, foi negociado com elas e foi até acatado sugestões dessas entidades e os senhores querem que isso permaneça, catalogando de uma ilegalidade aquilo que estamos a fazer em termos de procedimento.

Não existe aqui qualquer ilegalidade. A proposta mantém-se exactamente nos mesmos termos em que a colocámos e em que a discutimos.

Por via dos diplomas nacionais que saíram não foi feita nenhuma alteração, mantendo a parte do licenciamento na tutela das autarquias e mantém no Governo Regional o que compete ao processo de fiscalização e instauração dos processos contra-ordenacionais.

Não vemos, de facto, a necessidade de fazer recuar este processo e não podemos concordar com esta orquestração de posições para fazer recuar um processo que é da máxima importância para a Região.

Presidente: O Sr. Deputado Paulo Valadão pede a palavra para?

Deputado Paulo Valadão (PCP): Para requerer a interrupção dos trabalhos por 10 minutos, para podermos aprofundar a matéria.

Presidente: Srs. Deputados, 10 minutos significa que chegamos ao termo da nossa hora regimental.

Entretanto chegou aqui à Mesa um requerimento, subscrito por cinco Srs. Deputados que diz o seguinte:

“Considerando que a negociação com as autarquias e respectivos pareceres são anteriores ao Decreto-Lei que dá força legislativa à adaptação na Região, vêm os deputados abaixo-assinados requerer a baixa à Comissão da Proposta de Decreto Legislativo Regional que estabelece as normas de polícia administrativa”.

Como é sabido os requerimentos que dão entrada têm que ser imediatamente votados.

Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio de Sousa para interpelar a Mesa.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Eu gostaria de lembrar o artigo 156º do Regimento que obriga a que o requerimento tenha um prazo, o prazo que for designado.

Julgo que esta parte também tem que ser cumprida para o requerimento ser válido regimentalmente.

Presidente: Para uma interpelação à Mesa tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (*PCP*): **A razão de ser do nosso pedido de interrupção dos trabalhos não tem a ver com ser 8 horas daqui a pouco, mas com a necessidade que nós temos de uma interrupção para fazermos a ponderação sobre este assunto e as interrupções destinam-se a isso.**

Por acaso é perto das 8 horas, mas se não fosse pedíamos a interrupção na mesma, porque foi dispendida aqui diversa argumentação em vários sentidos e nós temos necessidade de fazer uma ponderação antes da votação.

Penso que o sentido imediato que é atribuído à votação do requerimento, é referido em relação ao debate. Não há mais debate nesta matéria sem o requerimento ser votado, mas isso não invalida que a interrupção seja concedida.

Presidente: **Pedia aos senhores líderes parlamentares para virem aqui à Mesa para programarmos os nossos trabalhos.**

(Pausa)

Estão encerrados os nossos trabalhos por hoje. Retomamos amanhã às 10,00 horas.

(Eram 19 horas e 50 minutos)

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Socialista (PS)

Andreia Martins Cardoso da Costa

José Humberto Medeiros Chaves

Partido Social Democrata (PSD)

Humberto Trindade Borges de Melo

Manuel da Silva Azevedo

Victor do Couto Cruz

O Redactor de 2ª Classe, José Rodrigues da Costa